

coleção  poranduba

— ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS —

# Súmula de História do Amazonas



M  
.13  
5s



Súmula de História do Amazonas

CULTURA  
  
Edições  
Governador do Estado

  
EDITORIA

Há algum tempo a preocupação didática ronda os que se dedicam à história do Amazonas. *Súmula de História do Amazonas*, do professor Arthur Cezar Ferreira Reis, é expressão paradigmática desse empenho dos historiadores para com a produção de obras didáticas que possam auxiliar os estudos na vivência de sala de aula.

Encontrar instrumentos que melhor auxiliem a construção do processo ensino-aprendizagem é uma busca incessante por parte dos que internalizaram a velha, mas sempre atual lição, de que "só desperta paixão de aprender quem tem paixão de ensinar". É esta a atitude presente nesta *Súmula*, de Arthur Reis.

Atitude que revela ainda no amazônólogo, no escritor, no estadista e no historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, também o pedagogo que acabou por ser, cujo compromisso ele mesmo assim expressa: "dar fundamento à conscientização que pretendíamos criar nas novas gerações, preparando-as para um estado d'alma permanente no particular dos dias que se seguissem para o Amazonas."



coleção poranduba

SÚMULA DE HISTÓRIA  
DO AMAZONAS

*Coordenação*  
Tenório Telles

GOVERNO DO



AMAZONAS

Governador do Estado do Amazonas  
*Amazonino Armando Mendes*

Vice-Governador  
*Samuel Assayag Hanan*

**AMAZONAS**  
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO

Secretário de Estado da Cultura e Turismo  
*Robério dos Santos Pereira Braga*

Subsecretária  
*Vânia Maria Cyrino Barbosa*

Coordenador de Edições  
*Antônio Auzier Ramos*

Co-edição  
*Governo do Estado*  
*Editora Valer*

Arthur Cezar Ferreira Reis

SÚMULA DE HISTÓRIA DO AMAZONAS  
(Roteiro para professores)

*Apresentação*

Robério Braga

*3.<sup>a</sup> edição revista*

BIBLIOTECA PÚBLICA  
DO ESTADO  
MANAUS - AMAZONAS

Amn  
981.13  
R375D



Copyright © (desta edição) Editora Valer, 2001

EDITOR  
Isaac Maciel

COORDENAÇÃO EDITORIAL  
Tenório Telles

DESIGN E DIREÇÃO DE ART  
Marcicley Rego  
(Capa - ilustração (detalh

DIAGRAMAÇÃO  
Epifânio Leão

REVISÃO  
Cynthia Teixeira  
Marcos Sena  
Sergio Luiz Pereira

NORMALIZAÇÃO  
Ycaro Verçosa

SÚMULA DE HISTÓRIA DO AMAZONAS (ROTEIRO  
PARA PROFESSORES)

REIS, ARTHUR CEZAR FERREIRA, 1906-

R375s AmM981.13  
TOMBO: 088602

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO  
Reg. e Fls. 25 do Catálogo inventário  
sob nº 747

Em: 08 / 05 / 2007

---

R375s Reis, Arthur Cezar Ferreira.

Súmula de História do Amazonas. / Arthur Cezar Ferreira Reis. 3.<sup>a</sup>  
edição. Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2001.

96 p. (Série Poranduba, 9)

ISBN 85-7512-039-5

1. História - Amazonas (Estado) I. Título II. Série.

CDU 981.13

---

2001

Editora Valer  
Rua Ramos Ferreira, 1195  
69010-120, Manaus-AM  
Fone: (0xx92) 633-6565  
E-mail: editora@valer.com.br

# Sumário

Apresentação .....	7
Palavra do Autor .....	11
I – O Descobrimento e a Conquista .....	15
II – O Deslocamento da Fronteira .....	19
III – Cronologia da Penetração (1621-1749) .....	27
IV – A Consolidação do Domínio e a Consciência de Autonomia .....	37
V – Uma Carta de Joaquim de Mello e Póvoas .....	51
VI – Afinal a Província .....	45
VII – Relação dos Presidentes e Vice-Presidentes que administraram a Província do Amazonas .....	63
VIII – Sob o Signo da República .....	67
Bibliografia .....	91



## Apresentação

Robério Braga\*

**A**s Edições Governo do Estado do Amazonas têm alcançado ampla repercussão, porque servem para a recuperação de obras de difícil acesso ao grande público e primam pela seleção dos autores que nela se incorporam a cada ano.

Historiadores, poetas, contistas, romancistas, cientistas, beletristas já a integram privilegiando os editores e o público. Com o presente título, *Síntese de História do Amazonas*, o professor Arthur Cezar Ferreira Reis serve-se diretamente a quem, com a obrigação de transmitir conhecimentos, ressentir-se de bibliografia reconhecida e confiável.

Trata-se de obra lançada inicialmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa em consequência da série de palestras ali proferidas para professores

---

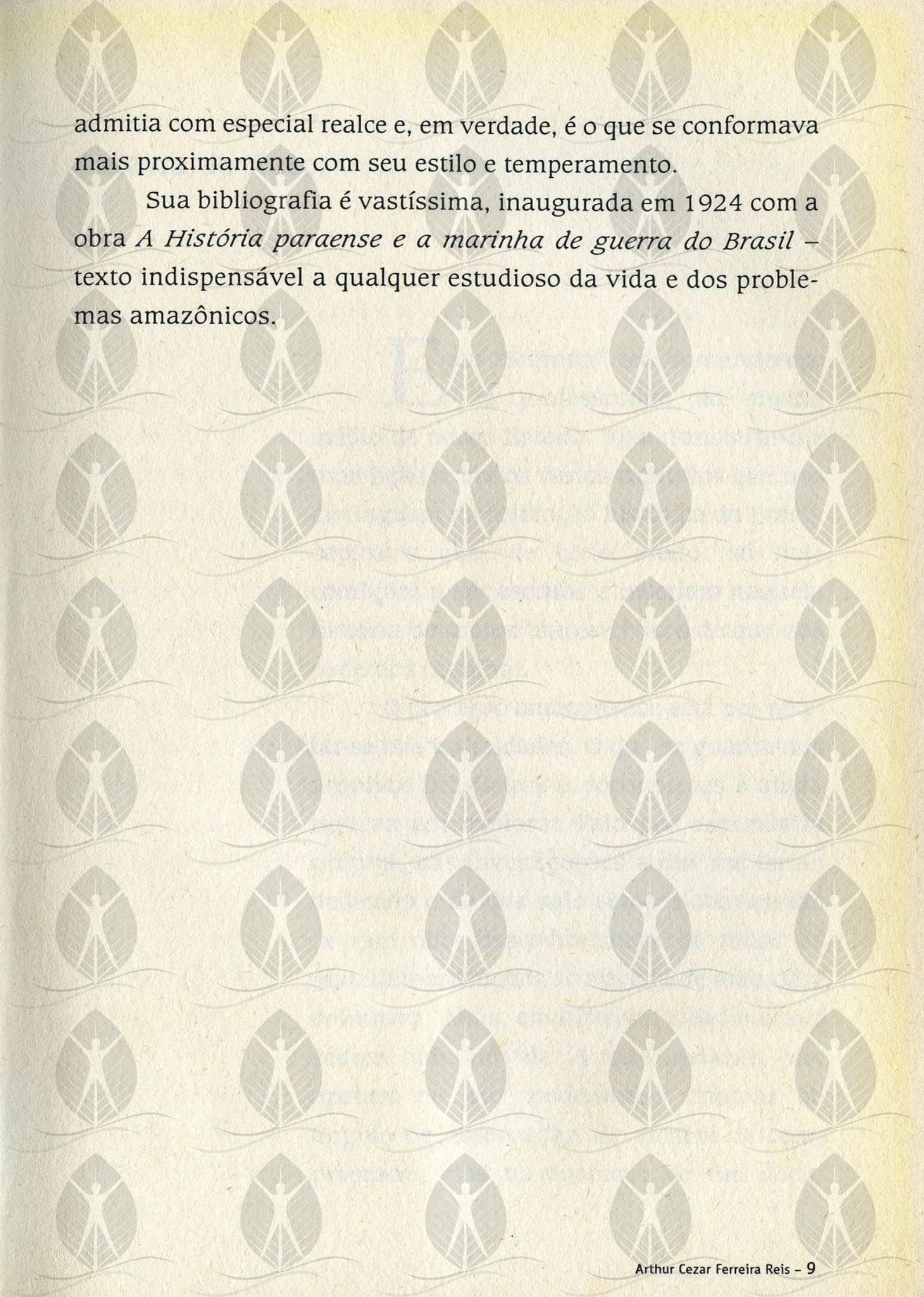
\* Robério Braga é escritor, administrador público e autor de *A abolição da escravatura no Amazonas*, *Manaus – amor e sofrimento* e *Rui Barbosa e o Amazonas*.

do ensino primário e médio, quando o autor era também diretor da instituição. Nova edição foi realizada em 1965, ao tempo em que ele era governador do Estado e agora é relançada porque, inteiramente esgotada de há muito, é também objeto raro nas estantes de bibliófilos e dos próprios sebos brasileiros.

Na apresentação inaugural da obra, o autor assegurou que continuava pesquisando intensamente sobre a região e que nas investigações que realizava saía sempre convencido de não dispor, ainda, de material suficiente para escrever uma obra definitiva sobre a História do Amazonas. Parecia redimir-se da audácia, grata audácia, do livro lançado em 1931, no verdor dos anos; balizado com o título de *História do Amazonas*, reunindo na verdade capítulos fundamentais para o conhecimento da vida amazonense. E, ainda agora, a mais completa no assunto.

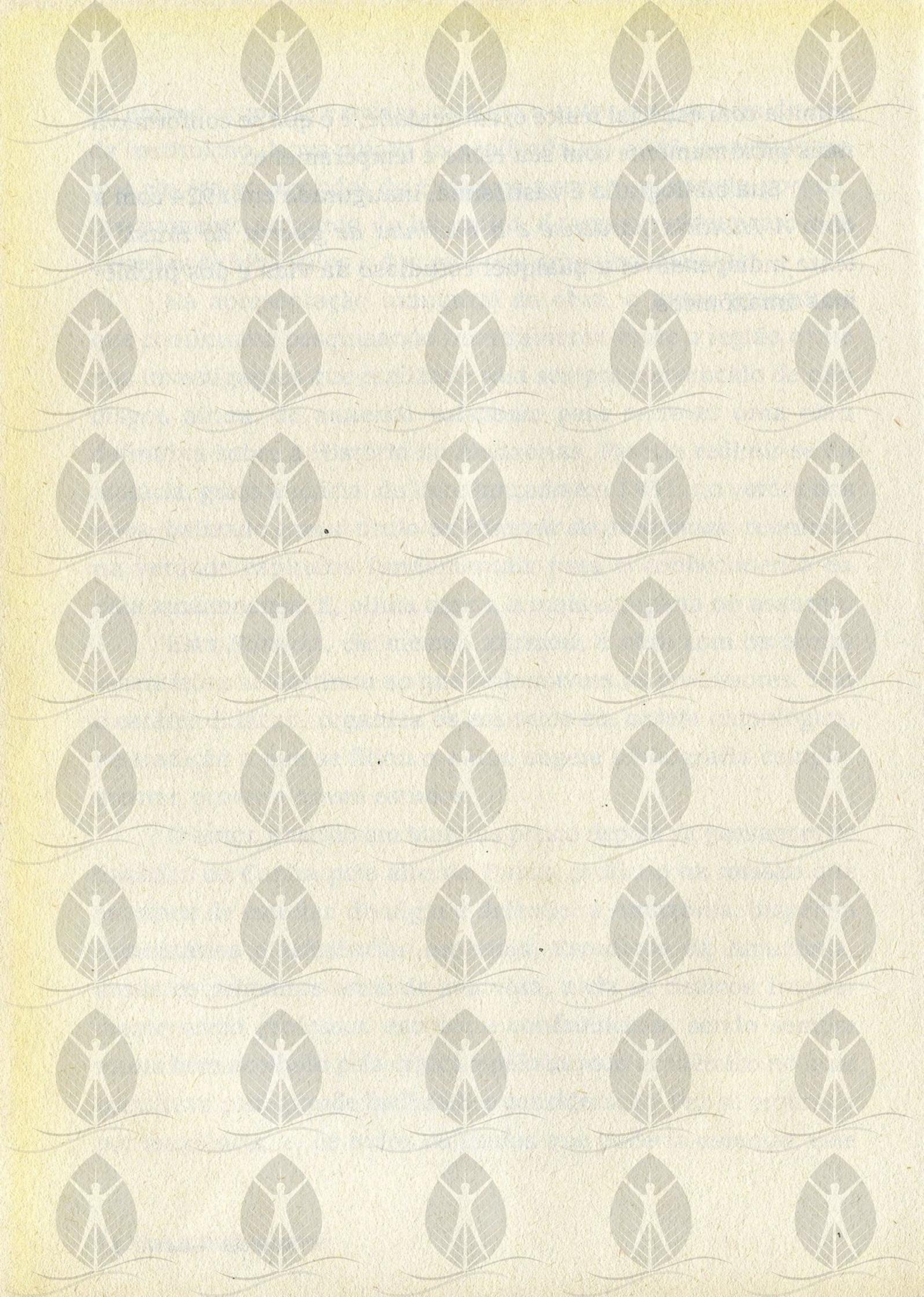
Esta *Súmula*, ele mesmo afirmou, é obra com os temas essenciais e se destinou ao que reclamavam os professores. Tem o caráter didático, organiza os assuntos em ordem cronológica, na tradição a que se filiou o autor, sugere bibliografia complementar, provoca novos estudos.

O autor, nascido em Manaus pouco depois da passagem de Euclides da Cunha pelo alto rio Purus, profícuo na missão que escolheu de estudar, divulgar e defender a Amazônia, dispensa comentários e referências especiais. Estudioso da Amazônia, desde os primeiros anos de sua vida, a ela se dedicou inteiramente como professor, escritor e conferencista, sendo sempre muito bem acolhido pela crítica e pelo mundo acadêmico no qual transitava com grande facilidade e consideração. Fez-se professor por excelência, e, de todos os títulos que poderia ostentar, este



admitia com especial realce e, em verdade, é o que se conformava mais proximamente com seu estilo e temperamento.

Sua bibliografia é vastíssima, inaugurada em 1924 com a obra *A História paraense e a marinha de guerra do Brasil* – texto indispensável a qualquer estudioso da vida e dos problemas amazônicos.



## Palavra do Autor

**E**sta “Súmula” tem um endereço – o professorado do ensino médio de nosso Estado. Visa transmitir-lhe uma lição sobre os vários capítulos que nos distinguem na formação histórica do Brasil, capítulos que, de certo modo, só hoje começam a ser escritos e inscritos naquela história de tantos lances cívicos de que nos podemos orgulhar.

O processo amazonense está por revelar-se nas intimidades. O que se guarda nos arquivos brasileiros e portugueses é ainda riqueza por explorar. Falo por experiência própria, nas investigações a que me tenho dedicado e de que saio sempre convencido de que não disponho ainda de todos os materiais essenciais ao traçado de uma obra definitiva. Aliás, em história, o definitivo é sempre uma dúvida. A todo instante, não apenas no que poderíamos chamar de ângulo de observação, de técnica de compreensão, mas no encontro de um docu-

mento novo, temos de refundir conceitos e, mais que isso, o relato dos fatos e a apreciação do comportamento dos homens.

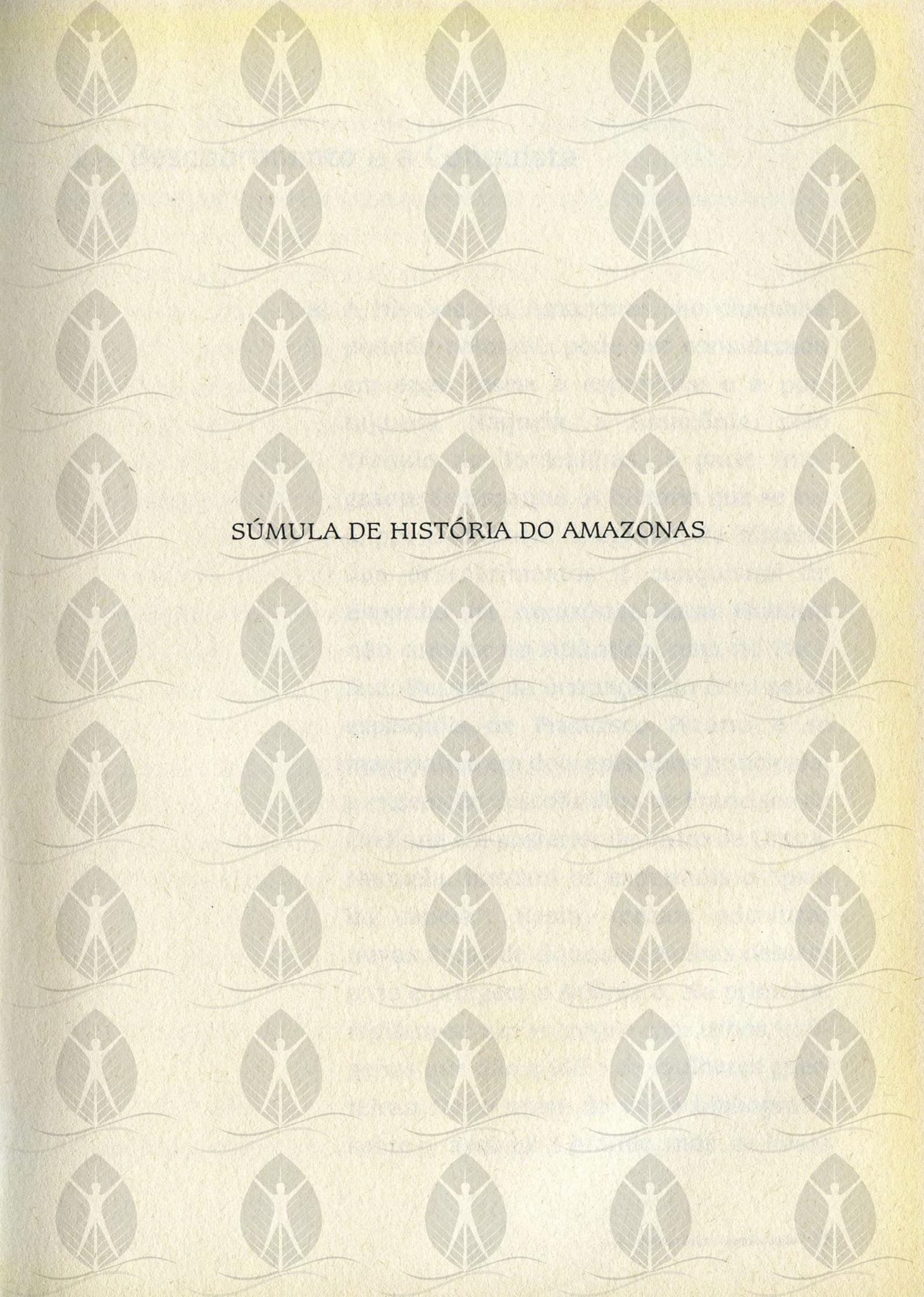
Tentei, no começo de minha vida intelectual, ainda cheio do entusiasmo que o verdor dos anos permitia, uma “História do Amazonas”. Foi ação ousada, reconheço. Impunha-se, no entanto, elaborá-la com urgência, para dar fundamento à conscientização que pretendíamos criar nas novas gerações, preparando-as para um estado d’alma permanente no particular dos dias que se seguissem para o Amazonas. Numa reedição que tivesse de fazer, a “História do Amazonas” seria inteiramente refundida e acrescida. Os elementos novos colhidos são imensos e autorizam uma outra realidade. Não me disponho a realizar essa tarefa agora. Os problemas de Estado consomem o tempo que seria necessário para a revisão e para os acréscimos.

Esta “Súmula” pretende suprir a falta que, de trabalho dessa espécie, vem sendo sentida pelo magistério amazonense. Não inova. Pretende dizer o essencial. Teve sua edição inicial realizada pelo INPA, quando dirigi aquela Instituição Científica. Resultou de pequeno curso que ministrei às minhas colegas do ensino primário e médio. A elas é dedicado, como homenagem ao esforço que promovem na formação das novas gerações amazonenses.

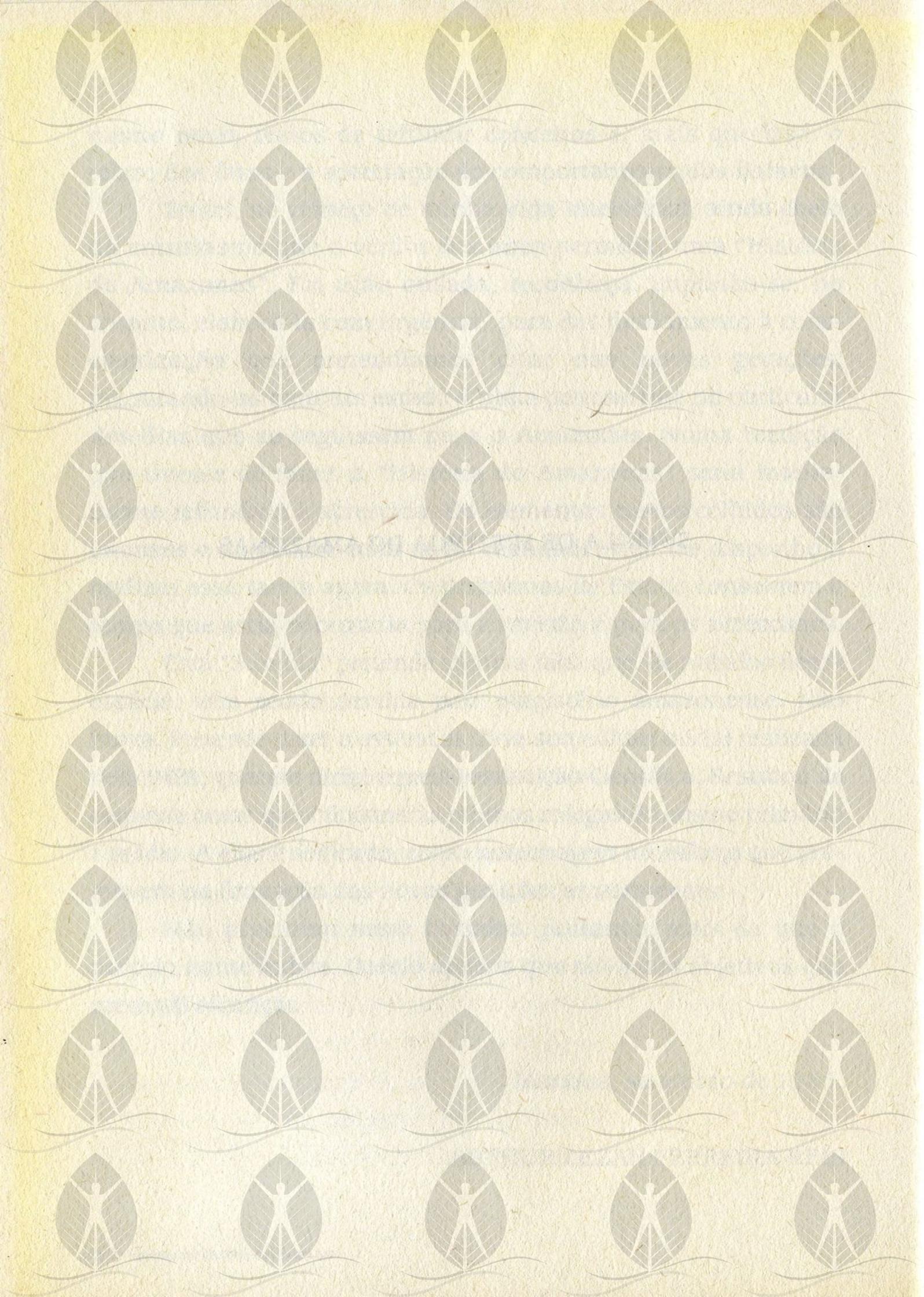
Não procurem neste livrinho, portanto, mais do que o próprio nome indica. Desejo apenas que sirva aos objetivos que pretendi alcançar.

Manaus, setembro de 1965.

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS



SÚMULA DE HISTÓRIA DO AMAZONAS



## I – Descobrimento e a Conquista

a) A história do Amazonas, no chamado período colonial, pode ser considerada em duas fases: a espanhola e a portuguesa. Naquela, a Amazônia, pelo Tratado de Tordesilhas, é parte integrante de Espanha. A história que se faz é, por isso, parte integrante da história dos descobrimentos e conquistas de Espanha na Amazônia. Essa História não começa no Atlântico, mas no Pacífico. Decorre da ocupação do Peru pelos espanhóis de Francisco Pizarro e se materializa em dois episódios principais: a expedição descobridora de Francisco de Orellana e a posterior de Pedro de Ursua. Naquela, buscam os espanhóis o “país da canela”. Nesta, tentam encontrar novas áreas de riquezas. Ambas descem o rio e atingem o Atlântico. Na primeira, registra-se um encontro com tribos indígenas que dão a idéia de mulheres guerreiras. Daí o nome do rio. A bibliografia sobre o assunto é grande, mas os livros

fundamentais são : 1 – Frei Gaspar de Carvajal, “Relacion del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que descubrió por muy grande ventura el Capitan Francisco de Orellana”, edição Toríbio de Medina, Sevilha, 1894; 2 – Emiliano Jós, “La Expedicion de Ursua al El Dorado y la Rebelion de Lopo de Aguirre”, Huesca, 1927.

- b) Os ingleses e os holandeses, protestantes, por isso chamados “hereges” na terminologia histórica da época, iniciando a sua expansão colonial dirigiram-se à Amazônia, atingindo-a antes dos portugueses. Penetraram o rio e fundaram casas-fortes e feitorias comerciais.

Os portugueses, lançados os fundamentos do fortim do Presépio, passaram à lutar contra eles. Venceram. A fundação do Presépio por Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1616, assegurou aos portugueses a possibilidade de penetrar pelo interior da região. Levantou-se, na oportunidade, o primeiro mapa do delta, da autoria de Antônio Vicente Cachado. Belém, que nascera à sombra do Presépio, em consequência, o núcleo inicial para política que se seguiu visando o empossamento da Amazônia.

A bibliografia pertinente é a seguinte:

I – Arthur Cezar Ferreira Reis. *Limites e Demarcações na Amazônia*, 1.º e 2.º volumes. Rio, 1947 e 1948;

II – Arthur Viana. “Os Exploradores da Amazônia”. In: *Revista do Instituto Geográfico e Etnográfico do Pará*, II. Belém;

III – Charles Edmundsen. *The relations of Great Britain with Goyana*. Rio, 1925;

IV – James A. Williamson. *English colonies in Goyana and the Amazon*. Oxford, 1923;

V – Manuel Barata. *A jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco*. Belém, 1916;

VI – Jorge Hurley. *Belém do Pará sob o domínio português*. Belém, 1940;

VII – Ernesto Cruz. *Belém. Aspectos geossociais do Município*. Rio, 1945.

c) A penetração foi realizada incessantemente. Com a expedição de Pedro Teixeira, que alcançou Quito e voltou a Belém (1637-1639), o interior ficou franqueado, alcançando-se, subindo-se e descendo-se os rios Tocantins, Xingu, Tapajós, Madeira, Urubu, Negro, Branco, Solimões, Içá e Japurá. Atingiu-se também o Marañon, mas à resistência espanhola, a fronteira estacionou no Solimões. À medida que penetravam o interior, os portugueses e brasileiros levantavam fortes que assinalassem a sua soberania. Possivelmente em 1669 foi estabelecido o de São José do Rio Negro, obra de Francisco da Mota Falcão.

A bibliografia a respeito é a seguinte:

I – Arthur Cezar Ferreira Reis. *Paulistas na Amazônia e outros ensaios*. Rio, 1941;

II – Arthur Cezar Ferreira Reis. *História do Amazonas*.  
Manaus, 1931;

III – Arthur Cezar Ferreira Reis. *Síntese de História do Pará*, Belém, 1942;

IV – Arthur Cezar Ferreira Reis. *Manaus e outras Vilas*.  
Manaus, 1934;

V – Arthur Cezar Ferreira Reis. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, 1.º volume. Rio, 1947;

VI – Arthur Cezar Ferreira Reis. “Roteiro histórico das fortificações no Amazonas”. In: *Revista do S. do P. H. A. Nacional*;

VII – Bertino Miranda. *A cidade de Manáos*. Manaus, 1909;

VIII – Mário Ypiranga Monteiro. *A fundação de Manaus*;

IX – Cristobal de Acuña. *Nuevo descubrimiento del gran río de las Amazonas*. Madri, 1891;

X – Jaime Cortesão. *A expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos*. Rio, 1953;

XI – Marcos Jimenez de la Espada. *Viage del Capitan Pedro Teixeira agreos arriba del Rio de las Amazonas*. Madri, 1889.

## II – O Deslocamento da Fronteira

a) A penetração do interior da Amazônia foi realizada:

I – pelas expedições militares (tropas de guerra) que visaram punir grupos indígenas que se opuseram às entradas dos luso-brasileiros e se acamaradaram com estrangeiros pondo em perigo a soberania que aqueles representavam; II – pelos sertanistas que iam “resgatar” os índios escravizados nas lutas entre as tribos, ou em busca da especiaria regional, (“drogas do sertão”) representada no cacau, na baunilha, no cravo fino e grosso, nas mil espécies vegetais que a floresta oferecia e ia sendo buscada pelos mercados europeus, e finalmente nos óleos, resinas e manteigas extraídos das próprias árvores do mundo vegetal e animal, produtos esses que eram empregados na iluminação, na farmacopéia e na condimentação local; III – pelos missionários. Todos, depois da viagem de Pedro Teixeira, abandonando os trechos imediatamente próximos ao Presépio, em

flotilhas movimentadas pelos índios amigos, se foram distanciando do delta para atingir aqueles rios que dão águas para a calha central do Amazonas.

À ação de tais elementos, em consequência, é que se foi devendo o deslocamento da fronteira que fora traçado em Tordesilhas. Houve, assim, motivação política, econômica e religiosa, explicando esse movimento de expansão.

As expedições sertanistas montaram aqui e ali pequenas feitorias, onde armazenavam a mercadoria colhida. E entre essa mercadoria, os próprios índios capturados ou “resgatados”, que iam ser transformados em escravos. Apenas os missionários realizaram obra de permanência. Porque, se “desciam” índios, também os faziam continuar na hinterlândia, nos aldeamentos que foram organizando com o objetivo de dar aos “primitivos” amazônicos novas condições de vida. Jesuítas, mercedários e carmelitas, no Madeira, no Urubu, no baixo Amazonas, no Negro e no Solimões, estabeleceram núcleos, muitos dos quais foram origem dos atuais centros urbano-demográficos do Estado (Itacoatiara, Borba, Barcelos, Coari, Tefé, São Paulo de Olivença).

### A bibliografia a respeito é:

I – Arthur Cezar Ferreira Reis. *O processo histórico da economia amazonense*. Rio, 1943;

II – Arthur Cezar Ferreira Reis. *A Conquista Espiritual da Amazônia*. São Paulo, s/d.;

III – Moacyr Paixão. *Formação econômica do Amazonas.*

Porto Alegre.

b) À medida que penetravam o interior, os luso-brasileiros iam encontrando resistência de grupos nativos. A maior dessas resistências ocorreu entre os rios Negro e Branco. Aí viviam os Manáo(?). Aglutinou-os, e às tribos vizinhas, um caudilho, Ajuricaba, em torno ao qual se criaram lendas, todas a exaltá-lo e a indicá-lo como um símbolo de heroísmo. Sobre sua figura não há ainda uma obra documentada, que o ponha em relevo e o situe, sem lirismos, no seu devido lugar. Foi acusado de servir aos holandeses de Suriname. Joaquim Nabuco, ao estudar o problema de nossa fronteira com a Guiana Britânica, reuniu documentação que interpretou e pela qual deu a sentença absolutória do chefe Manáo(?), livrando-o da acusação. O professor Miranda Leão, examinando a mesma documentação, chegou a conclusão idêntica. Não se conhece ainda, porém, o processo que se organizou em Belém para promover a guerra a Ajuricaba. No INPA, todavia, já há documentação variada, trazida do Arquivo Histórico do Itamaraty, que esclarece mais o episódio e não leva à conclusão diferente das que afirmaram aqueles historiadores.

A bibliografia pertinente é esta:

I – Joaquim Nabuco. *Documentos de Origem Portuguesa*, I – 1903;

II – M. de Miranda Leão. “Ajuricaba”. In: *O Mundo Literário*. Rio;

III – Arthur Cezar Ferreira Reis. *História do Amazonas*.

c) Os espanhóis que formavam o vice-reinado do Peru jamais concordaram em perder a condição de possuidores do mundo amazônico. Mas, como para atingi-lo, deveriam atravessar os Andes e não havia objetivo econômico de maior expressividade, nessa região, de modo a atrair o interesse da iniciativa privada como acontecia em outras áreas, a empresa de prosseguimento do descobrimento e de conquista foi confiada às Ordens Religiosas. Os jesuítas, franciscanos e os mercedários chegaram, em conseqüência, à bacia amazônica, vindos de Quito (Equador). Os jesuítas, pelo Marañon, passaram ao Solimões. Chefiava-os um fidalgo, Samuel Fritz, que desceu o rio até Belém, onde esteve prisioneiro e levantou a primeira, mais ou menos tecnicamente elaborada, carta do Amazonas e afluentes. Essa carta foi editada em 1717 e durante muito tempo constituiu peça fundamental sobre a bacia hidrográfica do Amazonas. Nesse seu esforço em fazer da Amazônia um espaço espanhol, Samuel Fritz escreveu memoriais ao governo espanhol, fez descrições, entrou em conflito com os luso-brasileiros, arregimentou tribos, fundou aldeamentos, mas em 1710, após um choque armado com os sertanistas e os destacamentos militares expedidos de Belém, o So-

limões ficou perdido para Espanha, passando aos carmelitas portugueses as aldeias que Fritz havia fundado a serviço da Espanha.

A bibliografia é esta:

I – Arthur Cezar Ferreira Reis. *História do Amazonas*;

II – Constantino Bayle. *Diário de um missionário de Maynas*. Madri, 1954;

III – Rodolfo Garcia. “O Diário do Padre Samuel Fritz”. In: *Revista do I.H.G. Brasileiro*, Tomo 81. Rio, 1918.

*Em face do herege* – Havia, contudo, perigo ainda mais forte que o do gentio rebelado e agora vencido. Era o concorrente inglês, irlandês e holandês, que desde fins do século XVI começara a explorar as riquezas do vale, mantendo feitorias, comerciando intensamente com os nativos e levantando mesmo pequenos estabelecimentos militares que davam, à empresa, o caráter de conquista com ares definitivos.

Já antes da chegada de Caldeira, as autoridades brasileiras tinham conhecimento da tentativa dos reformistas. A ordem para a fundação do núcleo do Presépio em parte encontrava explicação no propósito lusitano de limpar a região da presença dessa gente estranha. E logo que Caldeira começou a organização da colônia, uma de suas primeiras preocupações foi tomar informações minuciosas acerca do poderio do inimigo.

Esses estrangeiros tinham suas posições entre o Oiapoque e o Peru. Mantinham comércio com o gentio, dele recebendo algodão, madeiras, urucu. Lavravam a terra com algodão, tabaco, cana, de que começavam a fabricar açúcar. Seus barcos circulavam seguramente pelo curso do Amazonas, carregando gêneros e de certo procedendo aos reconhecimentos necessários para a ampliação da colônia.

Caldeira projetara, ou melhor, propusera-se abrir a campanha contra eles, procurando-os no Oiapoque, que era o centro maior de onde irradiavam para o Amazonas. Mas contentou-se em mandar que Pedro Teixeira e Gaspar de Freitas acometessem uma esquadra holandesa que bordejava nas proximidades do Presépio. Ano de 1616. Os dois alferes, com uma disposição verdadeiramente singular, em pequenas canoas, com guarnição quase que de nativos, só encontrando uma embarcação da frota, abordaram-na, lutaram corpo a corpo com a tripulação, incendiando e por fim afundando o navio, cujas baterias mais tarde foram retiradas d'água e vieram contribuir para o melhor equipamento da defesa do Presépio.

A derrota não desanimou os concorrentes, que o lusitano chamava de "hereges". E tanto assim, que continuaram nas operações coloniais e mercantis, ampliando o campo de ação com a montagem de novas feitorias além do Pará, e um estabelecimento fortificado entre os Mariocal, hoje a cidade de Gurupá.

Em 1623, ante a desenvoltura por que se portavam os "hereges", infrutíferos os protestos que a corte madrilenha fizera junto a Jaime I, da Inglaterra, aprovado o plano que Bento

Maciel Parente oferecera à consideração das hostilidades superiores na Ibéria, ordenou-se a abertura das hostilidades. Luís Aranha de Vasconcelos veio de Lisboa com a incumbência de enfrentar o inimigo e pô-lo fora da Capitania. Organizada a expedição, que contou com os melhores elementos, recrutados entre a gente da selva já orientada para entendimento cordial com os lusitanos graças à ação dos Franciscanos da Província de Santo Antônio, Luís Aranha dirigiu-se para o forte dos Mariocal. Não conseguiu sequer atacá-lo. Vindo em sua ajuda, com grossos cabedais humanos, ainda em maioria gentílico, Bento Maciel assumiu o comando das operações, que terminaram depois de sangrentos encontros com o desbarato total do inimigo, que se refugiou na ilha dos Tocujus, onde veio a sofrer a derrota final. Um navio de grande porte, que procurou socorrê-lo, foi igualmente atacado, incendiado e afundado já em águas salgadas.

A partida não estava ganha. Os interesses mercantis dos estrangeiros, organizados em companhias sob o patrocínio e a direção de magnatas e figurões flamengos e ingleses, exigiam que a empresa continuasse. E a empresa continuou levando os homens do Presépio a novos esforços para manter-se sem interferências estranhas na colônia paraense.

Em 1625, Pedro Teixeira, com a cooperação de centenas de índios dos aldeamentos mantidos pelos Franciscanos da Província de Santo Antônio, investiu e destruiu as feitorias e redutos do Xingu, onde se encontrava o principal núcleo, denominado Mandiatuba, e os do Cajari. Quatro anos decorridos, ainda Pedro Teixeira voltava à luta, atacando a feitoria e

casa-forte do Torrego, que os estrangeiros mantinham na ilha dos Tocujus. Venceu. James Purcel, irlandês que comandava a praça, rendeu-se, retirando-se para a Europa. A ilha dos Tocujus era uma posição de que se haviam enamorado os hereges. E tanto assim, que a ela voltaram. Feriram-se novos encontros, em consequência. Jacome Raimundo de Noronha enfrentou-os com êxito. Feliciano Coelho, Aires Chichorro e Pedro Boião de Abreu destruíram outro forte, o de Cumaú, na mesma ilha, destroçando os reforços inimigos que chegavam da Inglaterra. Roger Fray, que dirigia o estabelecimento e os reforços, foi morto em combate. Ano de 1631.

Era o fim, realmente? As embarcações holandesas não abandonaram de pronto o caminho do vale. Continuaram a vir relacionar-se em lucrativos negócios com a gentildade do Marajó, sem, todavia, insistir na tentativa de plantar mais feitorias e posições fortificadas. Em 1639, porém, ainda se registrou encontro entre portugueses e holandeses, que, ao se aproximarem de Gurupá, foram abordados pela guarnição da praça, sob o comando do capitão João Pereira de Cáceres, caindo prisioneiros o navio e a respectiva guarnição.

### III – Cronologia da Penetração (1621-1749)

1621 – A 8 de agosto, Felipe III autoriza Bento Maciel Parente a explorar o Amazonas.

1623 – Luís Aranha de Vasconcelos, vindo de Lisboa, por ordem de Madri, sobe o Amazonas. Visita a região das ilhas. Faz proceder as sondagens. Combate os holandeses e ingleses.

1626 – Pedro Teixeira percorre trechos do Tapajós, à frente de uma Tropa de Resgates.

1627 – Pedro da Costa Favela comanda uma Tropa de Guerra ao Pacajás, afluente do Tocantins, para restabelecer a ordem nas cabildas daquela região.

1628 – Pedro Teixeira e Bento Rodrigues de Oliveira sobem o Amazonas à testa de uma Tropa de Resgates.

1632 – Feliciano Coelho castiga severamente os Ingaíba da foz do Amazonas, que insultavam os aldeamentos aliados aos portugueses e ajudavam os ingleses.

1637-1639 – Pedro Teixeira, à testa de uma grande expedição, sobe o Amazonas. Atinge Quito e regressa após ter assinalado, na confluência no Napo com o Aguarico, os limites de Portugal e Espanha no vale amazônico. Até então as Tropas de Resgates e os buscadores de “drogas” não tinham passado do Tapajós.

1651 – Bartolomeu Bueno de Ataíde, por ordem real, vai ao Rio do Ouro, em busca de minas.

1654 – João de Bittencourt Muniz castiga violentamente os Aruã e Ingaíba. Penetra depois o Jari, onde obtém aliança dos Aroaqui, com os quais bate os Anibá, inimigos daqueles.

1656-1657 – Os jesuítas Francisco Veloso e Manoel Pires atingem o rio Negro, cujas águas sobem até o Tarumã, onde montam missão.

1660 – Pedro da Costa Favela alcança o Araguari, onde monta uma fortificação.

1663 – Manoel Coelho, com uma Tropa de Resgates, alcança o Solimões. Antônio Arnau de Vilela, com uma Tropa de Resgates, penetra o Urubu, onde cai vitimado pela gentilidade. Pedro da Costa Favela e Antônio da Costa, à testa de uma Tropa de Guerra, vingam a morte de Vilela, destruindo trezentas malocas, passando pelas armas centenas de nativos.

1668-1669 – Pedro da Costa Favela, capitão de uma Tropa de Resgates, volta ao Urubu, passando depois ao rio Negro.

1669 – Os jesuítas começam a freqüentar as águas do Madeira. Fundam, a esse tempo, a missão dos Tupinambarana, com gentilidade da região.

Francisco da Mota Falcão, por ordem superior, penetra o rio Negro, lançando os fundamentos do fortim de São José do Rio Negro, raiz da atual cidade de Manaus.

1671 – Os jesuítas Manoel Pires e João Maria Gorzoni sobem o Solimões.

O sertanista Manoel Coelho penetra no alto Solimões, iniciando a preia do gentio da região, à frente de uma Tropa de Resgates.

1673 – Francisco Lopes, com uma Tropa de Resgates, percorre o Solimões.

Francisco da Mota Falcão sobe o Tocantins, ao encontro dos paulistas Sebastião Paes de Barros e Pascoal Paes de Araújo, que violentavam os Guajarus, amigos dos portugueses.

1674 – Antônio Raposo Tavares, por ordem real, sobe o Tocantins procurando os mesmos paulistas, que constava terem descoberto minas de ouro na região.

1681 – Os missionários espanhóis que operavam no Marañon e Solimões, reclamam perante seus superiores contra a penetração dos sertanistas luso-brasileiros que estavam em franca atividade na região, pondo em perigo os interesses de Espanha.

1684 – Ordem régia para levantar fortificação no Solimões, para garantir a soberania portuguesa na região.

1687 – O governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho vai ao Araguari e aos lagos do Cabo do Norte.

1688 – Hilário de Souza de Azevedo, capitão de uma Tropa de Guerra, combate com êxito os Aroaqui e Carapitana.

1688 – Ordem régia para que os jesuítas tomem conta dos grupos indígenas do Madeira e do rio Negro. Em obediência a essas determinações, os inacianos entram em atividade nesses dois vales.

O sertanista André Pinheiro, com o jesuíta João Maria Gorzoni, operam intensamente no rio Negro.

1689 – Num memorial apresentado às autoridades paraenses e ao vice-rei do Peru, o missionário Samuel Fritz, a serviço de Espanha, registra sob protesto a presença dos sertanistas luso-brasileiros que subiam o Solimões, penetravam já no Marañon, numa irradiação que punha em perigo os interesses de Espanha.

1691 – Antônio de Miranda e Noronha vai ao Solimões conduzindo o jesuíta espanhol Samuel Fritz que, missionário de Maynas, trazia ao Solimões o campo de suas atividades catequistas. Antônio de Miranda, em presença do inaciano, declara a região parte integrante dos territórios da Coroa portuguesa.

(6 de julho) – Nova ordem régia para que os jesuítas operem no rio Negro, João de Moraes Lobo e Faustino Mendes, capitaneando duas Tropas de Resgates, assentam arraial na Mundurucânia.

1692 – Hilário de Souza de Azevedo, com Tropa de Guerra, combate os Maraguaz e os Juri, na região da Mundurucânia. A Câmara de Belém peticiona a S. Majestade para que mande missionários para o Madeira, rio Negro e rio Branco.

- 1693 – Guilherme Valente, sargento do fortim de São José do Rio Negro, sobe esse até o Cabori, obtendo aliança com os Manão(?), o que veio abrir a região à entrada dos sertanistas.
- 1693 – Carta régia fixando o campo de ação de cada uma das Ordens Religiosas que trabalhavam na Amazônia. Aos jesuítas foi atribuído o rio Negro, o Madeira e o Solimões. Pela extensão das obrigações, os vales do rio Negro e Solimões passaram depois aos carmelitas.
- 1693 – O Conselho Ultramarino decide atender à solicitação da edilidade de Belém, em torno à remessa de missionários para os rios Madeira, Negro e Branco.
- 1694 – Ordem régia determinando que os carmelitas substituam os jesuítas no vale do rio Negro.
- 1695 – Antônio de Miranda e Noronha volta ao Solimões, procedendo a rigoroso inquérito, para apurar da penetração espanhola, que continuava a operar-se por intermédio dos jesuítas de Maynas.
- 1695 – Os carmelitas entram em atividade no Solimões e no rio Negro.
- 1696 – Ordem régia mandando pôr fora do Solimões todos os espanhóis que fossem encontrados nesse trecho do vale amazônico, que devia ser mantido sob a soberania luso-brasileira. O capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, com grande comitiva, de que faziam parte o capitão-mor do Pará, o ouvidor-mor e outros funcionários graduados do Estado, visita a hinterlândia, começando a inspeção pelo Cabo do Norte, e terminando-a no rio Negro.

1697 – Souza Fundão e José Muniz de Mendonça retomam o forte de Cumaú, que os franceses de Cayena tinham aleivosamente ocupado. José Antunes da Fonseca, por ordem real, toma posse solene do Solimões para a Coroa portuguesa, entregando a catequese das populações nativas à Ordem Carmelita.

1697 – Antônio de Albuquerque distribui instruções aos carmelitas sobre a atuação que deviam exercer tanto no Solimões como no rio Negro, sendo que naquela região precisavam agir de maneira a evitar a infiltração espanhola. Sobre o mesmo assunto, são expedidas outras ordens régias, renovando determinações anteriores.

1702 – Manoel Cordeiro Jordão comanda uma Tropa de Guerra ao Marajó, para castigo dos Aroari e outras nações, que puseram termo à vida de dois missionários de S. Antônio.

1706 – Francisco Soeiro de Vilhena sobe o Tapajós com uma Tropa de Resgates.

1706 – Alvará de agradecimento aos carmelitas pela ação decisiva na defesa dos interesses e da soberania luso-brasileira na região do Solimões.

1708 – Pedro da Costa Rayol faz guerra ao gentio do Uatumã, que matara dois missionários da Piedade.

1708 – Samuel Fritz, que orientava as missões dos jesuítas a serviço de Espanha, no Marañon, procura salvar para a soberania espanhola aquelas águas e terras amazônicas, mas é contido pela presença dos carmelitas e dos sertanistas paraenses e maranhenses.

1709 – Inácio Correia de Oliveira põe fora do Solimões os inácianos que, sob a direção de João Batista Sana, trabalham para os interesses de Espanha.

1710 – José Antunes da Fonseca combate, por ordem do governador Christovão da Costa Freire, os espanhóis, que haviam incendiado os aldeamentos dos carmelitas portugueses no Solimões e aprisionado o capitão Inácio Correia.

1711 – Pedro Correia Teixeira corre o litoral até ao Cabo Norte, com o posto de tenente guarda-costas.

1716 – João de Barros Guerra combate os Torá, do Madeira, onde perde a vida.

1720 – Diogo Pinto da Gaya explora o Tocantins–Araguaia, por ordem do governador Berredo.

1721 – Diogo Pinto da Gaya castiga os Juma que, no lago Cupacá, assassinaram o carmelita Antônio de Andrade.

1722 – Miguel de Siqueira Chaves sobe o Solimões, numa diligência oficial, verificando as condições da soberania luso-brasileira em face dos propósitos imperiais dos jesuítas a serviço de Espanha.

Ordem régia para levantar fortificação no Solimões e no Napo, onde devia ser mantida a fronteira dos territórios portugueses com os espanhóis no vale amazônico.

1722 – Francisco de Melo Palheta sobe o Madeira, por ordem do governador João Maya da Gama, para verificar da existência de brancos nas cabeceiras do rio, atingindo a missão espanhola de Santa Cruz de Cayuvavas. Tomaz Teixeira, no comando de uma Tropa de Resgates, sobe o Amazonas.

1723 – João Paes do Amaral, por ordem do governador Maya da Gama, vai ao Cabo Norte para verificar a existência de padrões que ali atestam a posse portuguesa.

Manoel Braga sobe o rio Negro com uma Tropa de Resgates, sendo atacado por Ajuricaba, que confederara os Manáo(?) contra os portugueses.

1723-1729 – Belchior Mendes de Moraes e João Paes do Amaral e outros fazem guerra a Ajuricaba, no rio Negro, conseguindo, por fim, aprisioná-lo.

A seguir, passam às cachoeiras do alto, combatendo os Maiapema, aliados dos Manáo(?).

1724 – Estevão de Albuquerque, por ordem de Maya da Gama, sobe, em descobrimento, o Tapajós.

1725 – Fernão Coelho de Sousa sobe o Tapajós.

1726 – Francisco Xavier de Moraes, com Tropa de Resgates, sobe o rio Negro, passa às cachoeiras, penetra o Cassiquiari e atinge o Orenoco, onde dá notícias da região ao superior dos jesuítas, o padre Manoel Romão.

1728 – José Rodrigues Santarém castiga os Caiuvicenas que, no aldeamento entre o Maturá e o Tocantins, no Solimões, haviam assassinado o carmelita Matias Diniz.

1731-1732 – Belchior Mendes de Moraes sobe o Solimões, passa ao Marañon, com o objetivo de levantar casa-forte na boca do Napo, até onde chegavam, então, as incursões dos sertanistas.

1732 – Gregório de Moraes Rêgo, com Tropa de Resgates, opera com excessos no Solimões, cujas tabas são também visitadas, nessa mesma época, por outros sertanistas.

1734 – Ordem régia mandando expulsar ou prender todo e qualquer espanhol que fosse encontrado no Solimões.

Alexandre de Souza Freire, capitão-general do Estado, apresenta longo informe sobre a situação do Solimões que era um domínio da Coroa portuguesa.

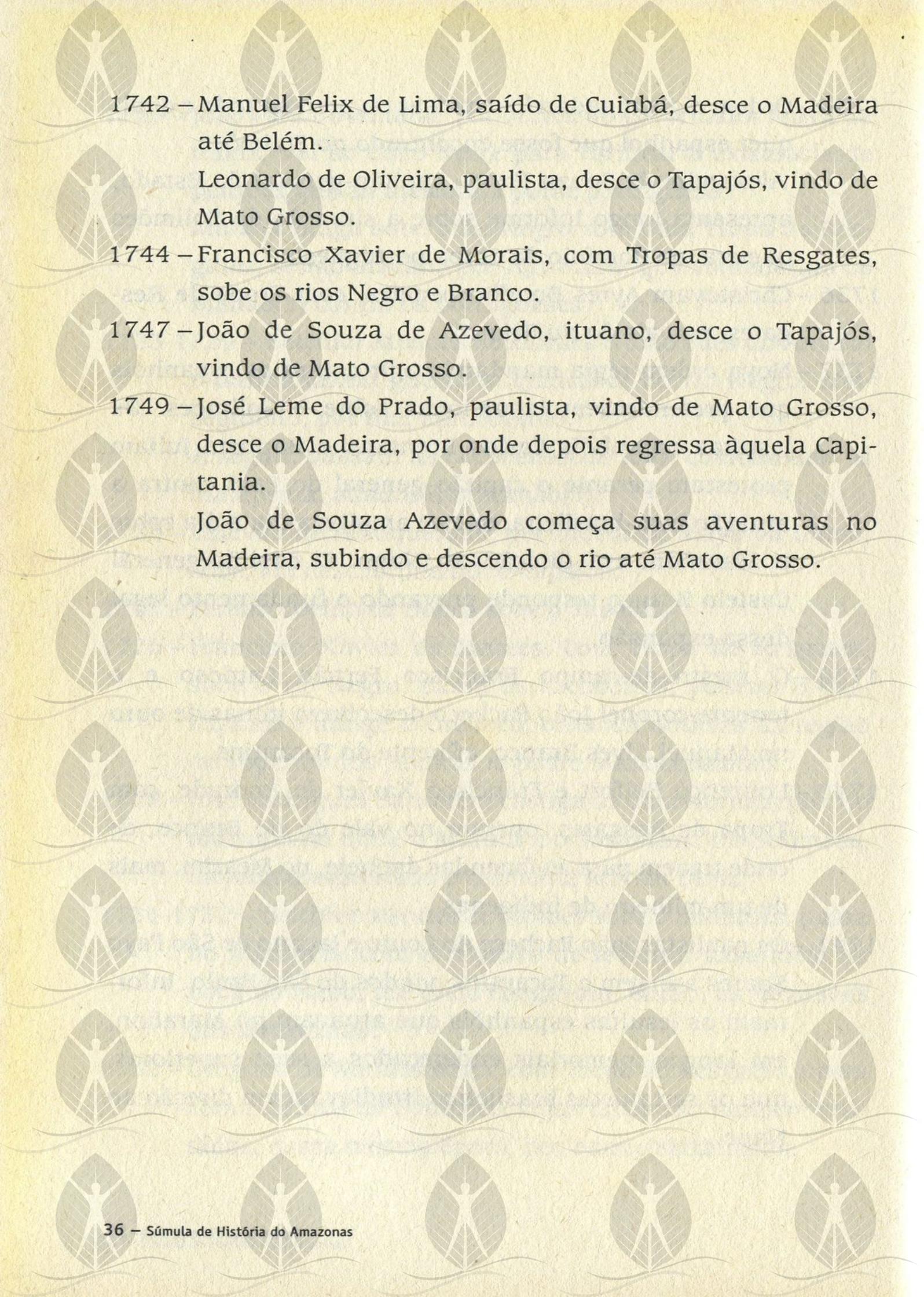
1736 – Christovam Ayres Botelho penetra, com Tropa de Resgates, no vale do rio Branco.

1737 – Nova ordem régia mandando agir contra os espanhóis que pretendessem incursionar sobre o Solimões. Os jesuítas espanhóis Carlos Brentano e Baptista Juliam protestam perante o capitão-general do Pará contra a atuação luso-brasileira, que se ampliava dia a dia sobre o Marañon, em direção ao Napo. O capitão-general Castelo Branco responde provando o fundamento legal dessa expansão.

1739 – O mestre-de-campo Francisco Fernão Cardoso e o tenente-coronel João Pacheco descobrem minas de ouro no Manuel Alves Branco, afluente do Tocantins.

1740 – Lourenço Belfort e Francisco Xavier de Andrade, com Tropa de Resgates, operam no vale do rio Branco, de onde trazem para as fazendas daquele, no Mearim, mais de um milheiro de indígenas.

1741 – Os paulistas João Pacheco do Couto e Jacinto de São Payo Soares atingem o Tocantins, vindos de São Paulo. Informam os jesuítas espanhóis que atuavam no Marañon, em longos memoriais endereçados a seus superiores, que os sertanistas brasileiros irradiavam em direção ao Napo.



1742 – Manuel Felix de Lima, saído de Cuiabá, desce o Madeira até Belém.

Leonardo de Oliveira, paulista, desce o Tapajós, vindo de Mato Grosso.

1744 – Francisco Xavier de Moraes, com Tropas de Resgates, sobe os rios Negro e Branco.

1747 – João de Souza de Azevedo, ituano, desce o Tapajós, vindo de Mato Grosso.

1749 – José Leme do Prado, paulista, vindo de Mato Grosso, desce o Madeira, por onde depois regressa àquela Capitania.

João de Souza Azevedo começa suas aventuras no Madeira, subindo e descendo o rio até Mato Grosso.

## IV – A Consolidação do Domínio e Consciência de Autonomia

a) A fronteira que fora marcada em Tordesilhas, desrespeitada pelos dois contratantes (portugueses e espanhóis), provocou, no decorrer dos séculos XVI e XVII e as primeiras décadas de XVIII, uma série de incidentes que puseram em perigo a paz na América e na própria Europa.

Em 1750, porém, foi possível, pela atuação de Alexandre de Gusmão e de Joseph de Lencaster, chegar a um entendimento, fixando-se uma nova fronteira que reconheceu, como de soberania portuguesa, as áreas que houvessem sido descobertas e estivessem sob ocupação luso-brasileira, nomeando-se comissões de limites que deveriam, no terreno, marcar a fronteira. Até então, a Amazônia constituía um governo único, sediado em Belém. As dificuldades para atender às populações da hinterlândia, conter o gentio, garantir o domínio enfrentando a irradiação de es-

trangeiros que viviam nas zonas limítrofes, (holandeses e espanhóis), estavam indicando a conveniência de um desdobramento do governo, para isso criando-se um poder capaz de enfrentar aquele problema de visível gravidade.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, nomeado capitão-general do Grão-Pará e chefe da Comissão de Limites com os espanhóis, em correspondência com o irmão e com o rei, teria sugerido aquela medida, o que foi aceito, sendo criada a 3 de março de 1755 a Capitania de São José do Rio Negro, que é a raiz histórica do Estado do Amazonas.

A bibliografia pertinente é a seguinte:

I – Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio, 7 vols.;

II – Arthur Cezar Ferreira Reis. *Limites e Demarcações da Amazônia Brasileira*, 2.º vol.;

III – Arthur Cezar Ferreira Reis. *Estadistas portugueses na Amazônia*. Rio, 1948.

b) Francisco de Mello e Póvoas foi o primeiro governador da Capitania, que era subordinada ao Pará. Sobrinho do Marquês, revelou-se um bom governante. Instalou várias vilas (São Paulo de Olivença, Tefé, Coari, Itacoatiara, Silves e Moura). Mendonça Furtado instalara a

de Borba e a de Barcelos, antigo aldeamento de Mariuá, fundado pelos carmelitas.

Seguiram-se os governadores: Gabriel de Souza Filgueiras, Nuno da Cunha de Ataíde Verona, Valério Correia Botelho de Andrade, Joaquim Tinoco Valente, Manuel da Gama Lobo d'Almada, José Antônio Salgado, José Simões de Carvalho, José Joaquim Vitório da Costa.

Entre agosto de 1779 e outubro de 1788 e logo após a morte de Lobo d'Almada, funcionaram juntas governativas compostas do presidente da Câmara de Barcelos, ouvidor e comandante militar.

Esses governantes, à exceção de Lobo d'Almada, não se mostraram à altura dos encargos. O último, Manuel Joaquim do Paço, destacou-se pelos desmandos. O que deixou de útil foi o início da construção da Igreja dos Remédios.

A bibliografia é esta:

I – Arthur Cezar Ferreira Reis. *História do Amazonas*;

II – Mário Ypiranga Monteiro. *A Capitania de São José do Rio Negro*. Manaus, 1955;

III – Arthur Cezar Ferreira Reis. *Estadistas portugueses na Amazônia*. Rio, 1948.

c) Manuel da Gama Lobo d'Almada revelou-se o grande administrador. Viera da África, onde se mostrara capaz.

Na Amazônia, exerceu o governo de Macapá. Foi o organizador de Nova Mazagão. Nomeado para a Comissão de Limites, explorou o rio Negro e o rio Branco. Imaginara ampliar a Amazônia portuguesa apoderando-se do Marañon e do Cassiquiari. Substituindo o general Pereira Caldas na chefia da Comissão de Limites, pôs fim a certas insolências dos demarcadores espanhóis. Grande cartógrafo, levantou a carta das comunicações do rio Negro com o Solimões e o Japurá. No governo da Capitania, transferiu, em 1791, a capital de Barcelos para o Lugar da Barra. Construiu, na futura Manaus, fábricas de tecidos, cordoalha, olaria, carreira para construção de embarcações. Fundou as fazendas reais do rio Branco, introduzindo, lá, gado trazido do Solimões, do baixo Amazonas e do alto rio Negro. Acusado de malversação dos dinheiros públicos, defendeu-se galhardamente. Vítima da intriga dos que lhe sentiam o peso da mão forte ou o presumiam um concorrente nos favores reais, faleceu em Barcelos, chorado pelo povo da Capitania, no posto de brigadeiro.

Sua vida e sua obra foram objeto da obra seguinte:

Arthur Cezar Ferreira Reis. *Lobo d'Almada, um estadista colonial*. Manaus, 1940.

- d) Com a revolução constitucional do Porto, encerrou-se em Portugal e no seu ultramar, como no Brasil, o

regime absolutista. Os princípios do liberalismo, proclamados na Revolução Francesa, foram aceitos. Em Belém, a 1.º de janeiro de 1821, o povo e a força armada depuseram as autoridades e constituíram governo. No Amazonas, repetiu-se o episódio: o governador Paço foi deposto, a 1.º de março, sendo aclamada uma Junta Provisória, presidida pelo major José de Brito Inglês e tendo como vice-presidente o ouvidor Domingos Nunes Ramos Ferreira.

A Junta paraense não reconheceu, porém, o governo aclamado em Manaus, à alegação de que a Capitania não possuía capacidade política para dar aquele passo. O que devia ser feito era constituir uma Junta de acordo com a rotina burocrática, a que a própria Capitania já estava habituada. Veio de Belém para fazer cumprir a deliberação, que foi obedecida, o capitão Joaquim José de Gusmão.

Essa segunda Junta fez proceder à eleição do deputado e respectivo suplente, que deveriam representar o Amazonas na Assembléia Constituinte convocada para Lisboa. Tais representantes foram João Lopes da Cruz e José Cavalcanti de Albuquerque, este suplente.

O Amazonas, nessa fase, permaneceu fiel a Portugal, deixando de considerar as proclamações e instruções emanadas do príncipe D. Pedro.

Extinto em Belém o predomínio português, a 9 de novembro de 1823, o Amazonas declarou-se integrado ao Império, organizando nova Junta, dela excluindo o

elemento português, e agora sob a presidência de um amazonense – Bonifácio João de Azevedo.

A situação política que a Amazônia passou a viver desde esse momento exigiu, de seus homens públicos, decisões drásticas, atitudes decisivas. Levantando-se o Tocantins e o baixo Amazonas contra o governo de Belém, organizou-se em Santarém uma Junta militar para resistir à revolução. O Amazonas fez, na oportunidade, o seu grande aparecimento no palco político, enviando forças e recursos variados a Santarém, desse modo cooperando para o êxito das armas legais. Mas o seu grande problema era o de sua manutenção na condição autônoma. Seria conservada ou voltaria a fazer parte do Pará? À nomeação de presidentes para as Províncias, o Amazonas não foi contemplado. A Junta do governo, no entanto, nem por isso entendeu que tivesse findado o seu mandato. E prosseguiu na direção política da região, em correspondência com o governo do Pará que, de seu lado, nenhuma restrição opunha à situação.

O ouvidor da Comarca, Dr. Domingos Nunes Ramos Ferreira, de comparsaria com o major Francisco Ricardo Zany, não se conformou, porém, com a situação, entrando em conflito com a Junta, apesar das advertências que a ambos vieram de Belém para que cessasse o incidente a bem da coletividade. O major Zany transportou-se a Belém, onde fez carga contra a Junta, que lhe parecia ilegalmente com o poder. O ouvi-

dor, em exposição ao presidente José de Araújo Roso, carregou nas tintas contra a Junta, que, em última análise, representava a aspiração autonomista do Amazonas. Foi mandada ao Lugar da Barra a escuna “Carolina”, ao comando do tenente Antônio de Maximiliano Costa Cabedo, que levava instruções para prender os membros da Junta e empossar, na direção política, como autoridade judiciária, o ouvidor. É que se falara em que a Junta se dispunha a promover uma revolução.

Nada ocorrendo, de maior, conforme apurou o tenente Cabedo, a Junta continuou a administrar. Mas para evitar que a situação se agravasse, o novo presidente do Pará, José Felix Pereira de Burgos, decidiu uma providência brusca e rigorosa – dissolveu a Junta. Fez descer de Barcelos para o Lugar da Barra a Câmara Municipal, reconhecendo a autoridade judiciária do ouvidor e nomeando comandante das armas, com poderes amplos, o capitão Hilário Pedro Gurjão. E para o Rio, ao ministro do Império, expôs a situação, sugerindo, porém, que a solução seria a nomeação de um presidente, subordinado ao Pará, mas com bastante força para conduzir o Amazonas a uma futura autonomia total.

Aquelas primeiras medidas foram aprovadas na Corte. O presidente subordinado, todavia, não foi nomeado. Em 1827, veio substituir o capitão Gurjão o coronel Joaquim Felipe dos Reis. Já o ouvidor Ramos Ferreira

fora substituído pelo Dr. Manuel Bernardino de Souza e Figueiredo, que logo se identificara com os anseios da Comarca, integrando-se na facção que pensava na autonomia política como solução para a decadência a que descia vertiginosamente. E em memoriais e exposição, expôs a situação aflitiva da Comarca ao presidente do Pará.

O coronel Felipe dos Reis era um militar enérgico, mas sem tato. Principiou recusando as homenagens que os amazonenses lhe teriam prestado na chegada à capital. Acamaradando-se com o major Zany, que combatia a posição autonomista, expôs-se ao desagrado de todos. E o resultado foi que, a 12 de abril de 1832, num gesto de desespero, a guarnição levantou-se. Felipe dos Reis foi morto pela soldadesca, Zany, escapando à mesma sorte, conseguiu fugir. A 22 de junho de 1832 foi proclamada a elevação do Amazonas à condição de Província, sendo proclamado seu primeiro presidente o ouvidor Manuel Bernardino. E, ao Rio de Janeiro, para advogar, perante S. Majestade, aprovação à atitude assumida, foi enviado, via Mato Grosso, o religioso frei José dos Santos Inocentes.

O Conselho do Governo, em Belém, por proposta de Batista Campos, sugeriu que nenhuma ação militar fosse iniciada contra os revolucionários. O presidente Machado de Oliveira não concordou, enviando uma expedição punitiva sob o comando do tenente-coronel Domingos Simões da Cunha Baiana, que atacou as

posições ocupadas pelos rebeldes nas Lages; venceu-os, apoderando-se, por fim, de Manaus e pondo fim à novel Província.

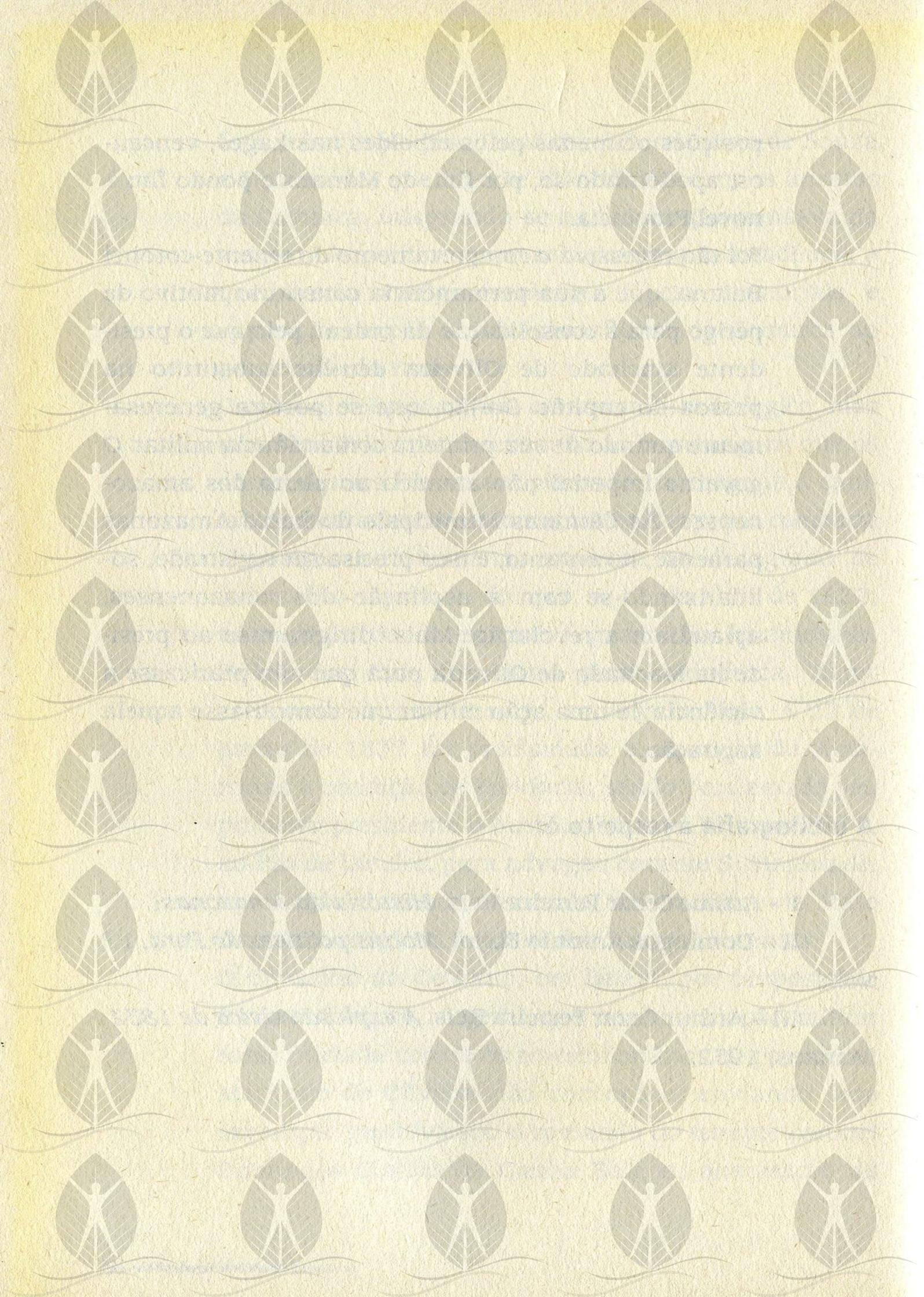
Foi tão excessivo o comportamento do tenente-coronel Baiana, que a sua permanência constituiu motivo de perigo para a consolidação da ordem, pelo que o presidente Machado de Oliveira deu-lhe substituto na pessoa do capitão Gurjão, que se portara generosamente quando de sua primeira comandância militar. O governo imperial não atendeu ao pleito dos amazonenses. As Câmaras Municipais do baixo Amazonas paraense, no entanto, e isso precisa ser registrado, solidarizando-se com a aspiração dos amazonenses, aplaudiam a revolução. Mais: dirigiram-se ao presidente Machado de Oliveira para que não praticasse a violência de uma ação militar que contrariasse aquela aspiração.

A bibliografia a respeito é:

I – Arthur Cezar Ferreira Reis. *História do Amazonas*;

II – Domingos Antonio Rayol. *Motins políticos do Pará*, 1.º vol.;

III – Arthur Cezar Ferreira Reis. *A explosão cívica de 1832*.  
Manaus, 1932.



## V – Uma Carta de Joaquim de Mello e Póvoas

“Illmo. e Exmo. Senhor

Como Sua Magestade foy servido encarregar-me a criação, e o Governo desta Capitania de São Iozé do Iavary, devo pôr na presença de V. Exca. que chegando a este Arrayal do Ryo Negro a quatro de Mayo do presente anno em companhia do Capitão General deste Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, se criou logo a nova Villa de Barcellos, com a assistencia de todo o Corpo Militar q aquy se achava, dos Principaes, e mais moradores, e com justa satisfação e aplauzo de todos, seguindose a este acto, o tomar eu logo depois a posse do Governo em a Camara da mesma Villa.

Naõ refiro a V. Exca. os mais procedimentos do Governo, porq como com a presença do General se fes precizo, q todas as despoziçoens sahisses da alta comprehensão, e summa prudencia com que costuma obrar no Real Serviço de S. Magestade,

elle com melhor clareza dará a V. Exca. individual conta. Agora q para passar a Corte se retirou desta Villa, fico com o cuidado de applicar o possível esforço neste estabelecimento, o qual se me não fará dificultozo pelas normas que me deyxou o mesmo General em o exemplo das suas acçoens.

O meyo mais efficas, e prompto para se introduzir nos habitantes desta Capitania a civilisação de q tanto caresem hé o cazarem os Soldados com as Indias, como muitos tem feito, e a frequencia das Escolas em q aprendem os pequenos, não só a ler, escrever, e contar, mas taõbem a lingua portugueza, motivo por q farey as deligencias precisas para q se continuem estes meyos, e delles rezultem taõ importantes fins.

Sendo igualmente necessario para o augmento destes Povos o fazerem as plantaçoens de Algodaõ, e mais Generos q produzem estas terras, e de Manibas de q prezentemente muito necessitaõ para a sua subsistencia, e taõbem para o negocio, e colheita do cacao, e mais drogas de q por falta de farinhas se não proveytaraõ no anno passado alguas Povoaçõens deste Ryo, e actualmente trato de fazer applicar os Indios a estas culturas, e de os dispor para o negocio do cacao a que brevem.te iraõ.

Em companhia do mesmo General fuy taõbem a criação das novas Villas, de Moura e Thomar, fundadas nas margens deste Ryo, q se fes com a mesma solemnidade q se praticou nesta. E não passey logo ao Ryo Solimoens, pello embaraço q tem cauzado a Guerra que actualmente se esta fazendo aos Indios, a qual continuará athé que a Tropa se recolha, por ser precisa a minha assistencia nesta Villa, para as providencias de que ella carecer.

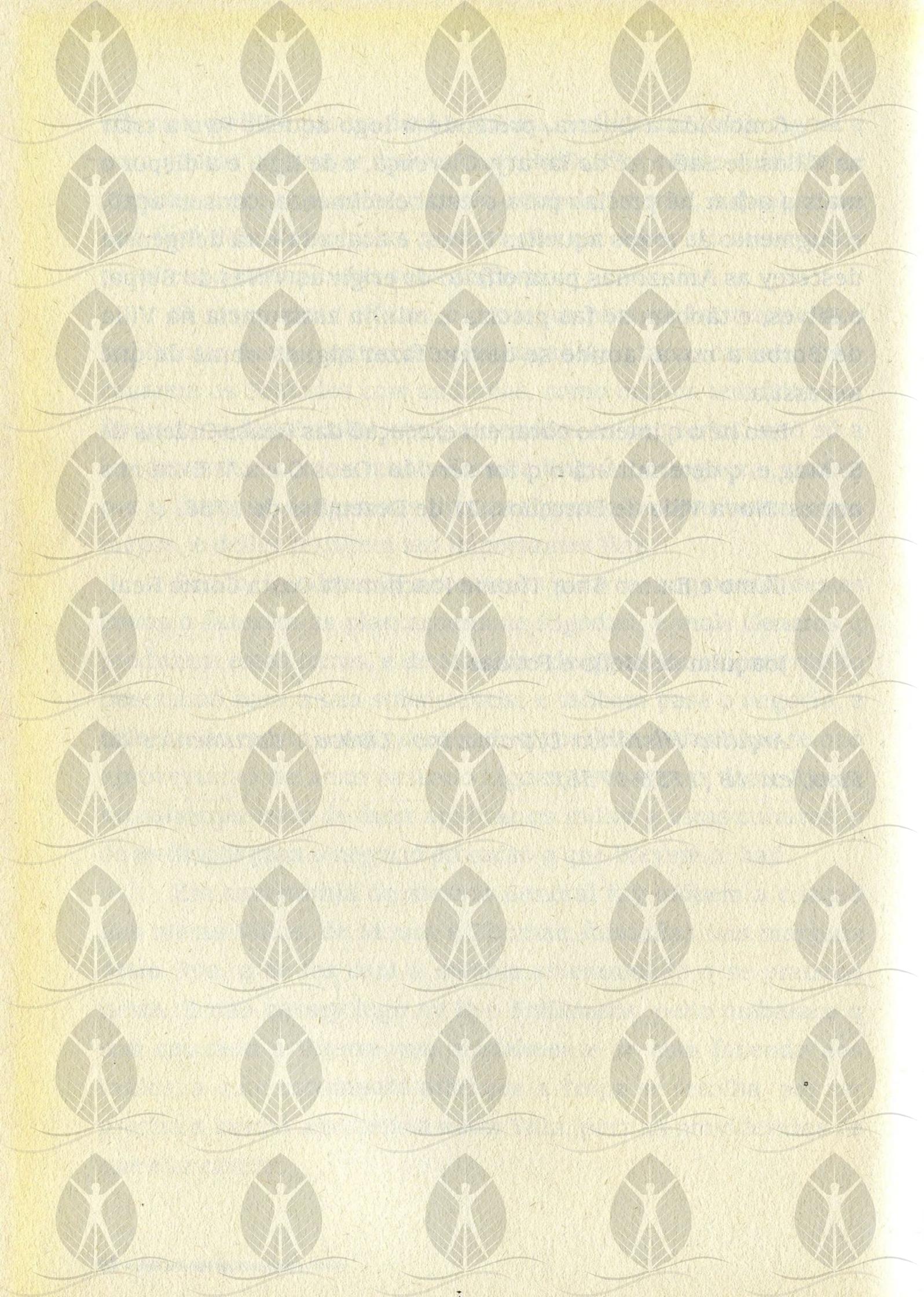
Concluida a Guerra, pretendo ir logo áquelle Ryo a criar as Villas de São Iozé do Iavary, Olivença, e de Ega, e a dispor o mais q achar hé precizo para o estabelecimento, conservação, e augmento de todos aquelles Povos, e acabada esta deligencia descerey as Amazonas para effeito de erigir as Villas de Serpa, e Silves, e tãobem se fas precisa a minha assistencia na Villa de Borba a nova, aonde se devem fazer alguas obras de que necessita.

Isto hé o q intento obrar em execuçaõ das Reaes Ordens de S. Mag.e, q determinará o q for servido. Deos G.e a V. Exca m.s annos. Nova Villa de Barcellos. 21 de Dezembro de 1758.

Ill.mo e Ex.mo Snor Thome Ioachim da Costa Cortte Real

Joaquim de Mello e Povoas

*Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), documentos do Pará, ex. 18 (1756-1758)"*



## VI – Afinal a Província

a) A criação da Capitania de S. José do Rio Negro decorreu de razões políticas, devidamente consideradas em Portugal. E entre essas razões, a de que era preciso assegurar prosperidade ao interior da Amazônia. Essa prosperidade, todavia, só foi alcançada, “grosso modo”, ao tempo de Lobo d’Almada. A idéia de que a subordinação ao Pará é que entravava o rendimento do trabalho na Capitania, foi, porém, aos poucos, tomando proporções.

Lobo d’Almada, em 27 de agosto de 1797, dirigindo-se a D. Maria I, a respeito da situação da Capitania, sugeriu a providência. Não foi atendido.

O governador Manuel Joaquim do Paço, apesar de toda a sorte de arbitrariedade que cometera e lhe desprestigiaram a administração, também considerou a matéria, insinuando-a às Câmaras de Silves e Barcelos, que se dirigiram, em

1818, a S. Majestade, solicitando a elevação da Capitania à categoria de Capitania Geral. Igual atitude teve o povo da Vila de Nova Rainha, hoje Parintins. Mas ainda desta vez, o pleito não alcançou receptividade. Por ocasião da Independência, como vimos, a idéia avivou-se. Em 1832, houve o gesto marcial da abrida. Os presidentes do Pará, José Felix Pereira de Burgos, Machado de Oliveira, Souza Franco e Jerônimo Francisco Coelho, em comunicações ao ministro do Império, bateram a mesma tecla. Ainda aí não houve repercussão. Em 1833, mantida a antiga Capitania na condição de Comarca do Pará, foi reorganizada, rebaixando-se as antigas vilas, como Silves e Borba, à condição de povoado. Manaus, com o nome de Lugar da Barra, foi graduada na condição de vila e sede da Comarca. Tefé, com o nome de Ega; Barcelos com o de Mariuá foram mantidas na condição de vila. Luzéa, hoje Maués, subiu a vila. A solução era a mais ingrata e errada.

Já a essa altura o deputado paraense D. Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia, fazendo-se advogado da causa amazonense, defendeu-a no Parlamento Imperial, indicando o caminho que poria fim à situação angustiosa daquela gente – a graduação da Capitania como Província do Império. O projeto que apresentou teve a data de 27 de maio de 1826. Só em 1839, no entanto, agitado por um dos liberais mais interessantes da época, o deputado João Cândido de

Deus e Silva, a matéria voltou a ser considerada através de um projeto que ofereceu.

Em 1843, em face de certos perigos que se desenhavam no horizonte com relação à Amazônia, cobiçada por outros povos, o ministro do Exterior, Honório Hermeto Carneiro Leão, insinuou a criação da Província: era preciso aparelhar efetivamente a região para opor-se a qualquer pretensão mais objetiva daqueles povos ambiciosos de espaço e de matéria-prima. O assunto entrou em debate. Foi proposta a criação de um novo tipo de unidade político-administrativa – o território, cujo modelo podia ser buscado nos Estados Unidos.

O Conselho do Governo e a Assembléia Provincial do Pará, numa compreensão admirável do problema, dirigindo-se ao Parlamento Imperial, também pediram que esse criasse a Província. O projeto do deputado João Cândido foi então objeto de consideração. Houve grandes debates. Souza Franco, ex-ministro de Estado e ex-presidente da Província, apresentou emendas substanciais. Era representante do Pará, a essa altura, o economista João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que fora autor das indicações do Conselho do Governo e da Assembléia paraense. Tomando maior interesse pelo assunto, movimentou-o de maneira a que fossem vencidos os embaraços que surgiram. E a 5 de setembro de 1850, pela Lei 592, a Província do Amazonas foi criada.

A bibliografia referente ao assunto restringe-se a:

Arthur Cezar Ferreira Reis. *História do Amazonas*.

b) A Província foi instalada em Manaus a 1.º de janeiro de 1852. Tenreiro Aranha, nomeado presidente, iniciou a administração, dando provas imediatas de bom senso e de realismo. Não era um sonhador. Experimentado nas campanhas políticas da Independência e da fase posterior, conhecedor dos problemas econômicos da região, possuía uma consciência exata do que devia realizar como obra inicial. Seu governo foi bom. Deve-se-lhe a primeira organização administrativa da Província e uma série de atos que visavam impulsioná-la, assegurando-lhe bem-estar.

Os algarismos da produção, das escolas, da população, do funcionamento dos serviços, da circulação das riquezas falam com expressividade do que resultou da criação da Província, que foi saindo daquela condição de inferioridade a que se vira reduzida para atingir um grau de prosperidade apreciável. Seu progresso não foi obtido com rapidez. Não houve também lentidão. Tudo se fazia, porém, com propriedade, sensatez, o que permitiu um caminhar tranquilo e seguro. Assim, nenhum abalo político dividiu a sociedade amazonense, que passada a fase de sangue da Cabanagem, entrou a viver sossegadamente, entregue aos seus que-fazeres diários.

c) A sucessão de presidentes, de acordo com o regime vigente no Império, fez-se regularmente. O quadro anexo dá o essencial a respeito. Será interessante saber, porém, que esses presidentes, vindos de fora na maioria das vezes, estranhos, portanto, ao meio geográfico, social e econômico, jamais se comportaram de modo a criar a insatisfação popular. Ao contrário, na generalidade, souberam compreender o meio, nele integrando-se e a ele servindo com dedicação. Registre-se no entanto o nome de um, que se distinguiu mais, impondo-se pelo que realizou: Dr. José Lustoza da Cunha Paranaguá.

#### A bibliografia é:

I – Arthur Cezar Ferreira Reis. *História do Amazonas*;

II – Aprígio de Menezes. “História da Província do Amazonas”. In: *Almanaque do Amazonas*;

III – Agnello Bittencourt. *Chorografia do Amazonas*.

d) “Paraíso dos naturalistas”, foi a Amazônia chamada pelo escritor Raimundo Moraes. Exato. Porque, realmente, nenhum trecho do mundo foi mais objeto de curiosidade, como nenhum apresentou os aspectos pitorescos, exóticos, novos, numa natureza de tanta exuberância tropical, a reclamar o estudo paciente, decidido, constante, dos naturalistas e dos demais homens de ciência.

Esse estudo, aliás, datava do período colonial. Então expedições científicas portuguesas subiram e desceram rios, levando-lhes a carta geográfica, num reconhecimento interessante e sujeito às imperfeições naturais da época.

Os técnicos chegados à Amazônia para os trabalhos de demarcação da fronteira, fixada nos tratados de 1750 e 1777 (Madri de S. Idelfonso) foram diligentes naqueles misteres. Chamavam-se Inácio Izentmarony, Antônio Galuzzio, Felipe Sturm, João André Schwevel, Antônio José Landi, José Simões de Carvalho, José Joaquim Vitório da Costa, Lacerda e Almeida, Ricardo Franco de Almeida Serra, Antônio Pires da Silva Pontes.

É desse primeiro período de reconhecimento geográfico da Amazônia, uma expedição científica luso-brasileira de envergadura – a chamada “Viagem Filosófica”, realizada em fins do século XVIII e chefiada pelo naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira.

Até então a Amazônia estava vedada à curiosidade de estrangeiros. Portugal mantinha-se intransigente, nesse particular, preocupado em impedir que concorrentes audaciosos se informassem sobre as possibilidades regionais. Abriu exceção para Charles Marie de la Condamine, que desceu o Amazonas em 1707, vindo de Quito, e para os naturalistas alemães Spix e Martius.

Depois da Independência, embora cauteloso, o Brasil autorizou a penetração de cientistas estrangeiros, muitos dos quais foram acompanhados de brasileiros ilustres, que se dedicaram também ao estudo da natureza amazônica. Wallace, Bates, Nattarer, Keller-Leuzinger, Agassiz, Castelnau, Crevaux, Koch-Grünberg, William Chandless, James Orton, Alexandre Haag, entre muitos outros europeus e norte-americanos, compuseram a grande galeria de homens de ciência que palmilharam a terra amazonense. Entre os brasileiros devemos fazer menção especial a João Martins da Silva Coutinho, Barbosa Rodrigues e João da Costa Azevedo (barão de Ladário) e mais recentemente aos geólogos e botânicos Glycon de Paiva, Adolfo Ducke e Geraldo Kulman, este último presentemente a serviço do INPA.

A galeria é muito grande, tanto de estrangeiros como de nacionais. O reconhecimento científico da Amazônia, e em particular do Amazonas, não foi realizado, contudo, apenas com o objetivo cultural. Houve também, como é natural num mundo dominado pelas forças do industrialismo, do capitalismo e do colonialismo, um sentido imediatista nesse reconhecimento. Com o inquérito científico, apuraram-se o valor, as possibilidades, as realidades da região para os empreendimentos de natureza econômica. E, nesse particular, a atividade dos cientistas estrangeiros foi muito maior que a dos nacionais.

e) Não houve, no Amazonas, um contingente de negros que tivesse significado participação intensa no processo de mestiçagem ou de criação da riqueza econômica. Região pobre, não pôde importar escravos da África. Ademais, a economia de coleta, que a caracterizava, só podia ser realizada com o braço indígena local, pois que este é que estava habituado a identificar as espécies, na floresta, para o intercâmbio mercantil. Isso não quer significar, fique bem claro, que a contribuição do negro não tivesse ocorrido. O que houve foi uma contribuição muito pequena. E que só depois da criação da Província teve alguma significação. A esse tempo, modificavam-se as condições existenciais, inclusive empreendendo-se, com certa intensidade, a agricultura de espécies alienígenas, como o café, o algodão e a cana, e a nativa, representada pelo cacau. Não se criou no Amazonas, em conseqüência, uma mentalidade escravagista na base da mão-de-obra africana. Daí a facilidade por que os amazonenses se deixaram empolgar pelo movimento abolicionista. Esse principiou em 1866 com a orçamentação de uma despesa anual de dez contos de réis (Cr\$ 10.000,00) para a emancipação de escravos, preferentemente menores. Seguiu-se, em 1870, a fundação da Sociedade Emancipadora Amazonense, que iniciou a campanha de emancipação. Anualmente a Assembléia Provincial votava recursos com os quais eram libertados os escravos. Em 1871, a mesma Assembléia

decidira sobre a utilização de recursos para a libertação do “ventre daquelas mães que, por seu estado de saúde, estivessem em estado de procriarem”.

Prosseguindo-se na obra memorável, foi votada uma taxa de 500\$000 (Cr\$ 500,00) sobre escravo introduzido na Província. Outras sociedades eram fundadas – “Libertadora Cearense”, “Primeiro de Janeiro”, “Libertadora Vinte e Cinco de Março”, “Cruzada Libertadora”, “Club Escolar Abolicionista”, “Club Juvenil Emancipador”. No interior, o movimento também se acelerou, criando sociedades, no modelo das que funcionavam em Manaus – “Cinco de Setembro”, em Caiçara; “Club Abolicionista Manacapuruense”, “Libertadora Codajaense”. Além dos jornais diários, que abriam colunas para agitar a idéia humanitária, circulou também o “Abolicionista Amazonense”, mantido pela loja maçônica “Amazonas” e pela “Libertadora Vinte e Cinco de Março”. As senhoras de Manaus, organizando-se em movimento, criaram a “Amazonense Libertadora”.

Com a presidência do Dr. Theodureto Souto, acelerou-se o esforço visando, agora, não apenas a libertação paulatina de escravos, mas a total, o que foi realizado depois da mensagem do presidente à Assembléia Provincial, em 25 de março de 1884, para que fossem facilitados recursos que levassem à libertação total dos escravos existentes no Amazonas. Atendendo ao pedido, a Assembléia votou uma verba de 300:000\$000

(Cr\$ 300.000,00). A 24 de maio de 1888, seguindo o exemplo do Ceará, Manaus libertou os seus escravos. O interior adotou igual atitude. A verba votada não foi, porém, utilizada. É que os proprietários de escravos haviam concedido a liberdade sem exigir pagamento. A 10 de julho, em consequência, em ato público realizado em Manaus, a Província foi declarada livre. Todos os seus cidadãos eram iguais.

- f) Os ideais republicanos não encontraram, no Amazonas, um ambiente de entusiasmo. Alguns estudantes se tomaram de entusiasmo e em seus jornais divulgaram o pensamento novo da conveniência de mudança de regime.

Em 1889, porém, a 25 de junho, foi fundado o “Club Republicano de Manaus”, que congregava comerciantes, professores, agricultores, estudantes. E pelas colunas do “Jornal do Amazonas” começaram a fazer a propaganda republicana, sem grande eco na opinião pública. Chefiava-o o Dr. Domingos Teófilo de Carvalho Leal, professor, sendo secretário Bernardo Azevedo da Silva Ramos, comerciante.

O Clube foi instalado por ocasião da chegada, a Manaus, do Conde d’Eu, que visitava as Províncias para obter simpatias que permitissem a continuação do Império com a sucessão de Pedro II. Foi publicado um programa, defendendo as idéias republicanas. O eco do lançamento não se revestiu, no entanto, de

qualquer maior sucesso. A Província recebeu a manifestação política sem entusiasmo.

Quando, porém, a 21 de novembro, Manaus teve conhecimento da implantação da República, pela notícia trazida por uma delegação do Club Republicano do Pará, a cidade deu demonstrações de vibração. O presidente da Província, Dr. Manuel Francisco Machado, foi deposto, assumindo o governo, por aclamação, uma Junta integrada pelo Dr. Carvalho Leal, capitão-de-fragata Manuel Lopes da Cruz e coronel Antônio Florêncio Pereira do Lago, e empossada a 22 de novembro perante a Câmara Municipal. O manifesto do Club Republicano recebera poucas assinaturas. Com a mudança do regime, imediatamente cresceram as adesões: as assinaturas subiram para muitas dezenas. Essa Junta foi substituída, por nomeação do governo provisório, pelo tenente Ximenes de Villeroy que inaugurou, assim, a fase republicana do Estado.

A bibliografia pertinente é a seguinte:

I – Arthur Cezar Ferreira Reis. *História do Amazonas*;

II – Anísio Jobim. *O Amazonas e a sua História*. S. Paulo, 1957;

III – J. B. Faria e Souza. “Ao Amazonas cabe a glória dos primeiros movimentos abolicionistas”. In: *Diário Oficial do Amazonas*, Manaus, 7 de setembro de 1922;

IV – *Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas*.

## VII – Relação dos Presidentes e Vice-Presidentes

### Relação dos presidentes e vice-presidentes que administraram a Pr

Nº	NOMES	CARGO
1	João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha	1º Presidente
2	Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1º Vice.
3	Conselheiro Herculano Ferreira Penna	2º Presidente
4	Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1º Vice.
5	Dr. João Pedro Dias Vieira	3º Presidente
6	Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1º Vice.
7	Angelo Thomaz do Amaral	4º Presidente
8	Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo	2º Vice.
9	Angelo Thomaz do Amaral	4º Presidente
10	Dr. Francisco José Furtado	5º Presidente
11	Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo	2º Vice.
12	Dr. Francisco José Furtado	5º Presidente
13	Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1º Vice.
14	Dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha	6º Presidente
15	Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1º Vice.
16	Dr. Sinval Odorico de Moura	7º Presidente
17	Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda	8º Presidente
18	Coronel Inocêncio Eustáquio Ferreira de Araújo	4º Vice.
19	Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1º Vice.
20	Dr. Antonio Epaminondas de Mello	9º Presidente
21	Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira	1º Vice.
22	Dr. Antonio Epaminondas de Mello	9º Presidente
23	Tenente-coronel Sebastião José Basilio Pyrro	1º Vice.
24	João Ignacio Rodrigues do Carmo	4º Vice.
25	José Bernardo Michilles	2º Vice.
26	Dr. José Coelho da Gama e Abreu	10º Presidente
27	Dr. Jacintho Pereira do Rego	11º Presidente
28	Coronel Leonardo Ferreira Marques	1º Vice.
29	Comendador João Wilkens de Mattos	12º Presidente
30	Major Clementino José Pereira Guimarães	3º Vice.
31	Coronel Dr. José de Miranda da Silva Reis	13º Presidente
32	Dr. Domingos Monteiro Peixoto	14º Presidente
33	Capitão-de-mar-e-guerra Nuno A. Pereira de Mello Cardoso	1º Vice.
34	Dr. Antonio dos Passos Miranda	15º Presidente
35	Major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães	1º Vice.
36	Capitão-de-mar-e-guerra Nuno A. Pereira de Mello Cardoso	1º Vice.

# que Administraram a Província do Amazonas

ncia do Amazonas desde sua instalação a 21 de novembro de 1889

DATA EM QUE COMEÇARAM	ATÉ QUANDO ADMINISTRARAM	OBSERVAÇÕES
1º de jan. de 1852	27 de junho de 1852	
27 de junho de 1852	22 de abril de 1853	
22 de abril de 1853	11 de março de 1855	
11 de março de 1855	28 de jan. de 1856	
28 de jan. de 1856	26 de fev. de 1857	
26 de fev. de 1857	12 de março de 1857	
12 de março de 1857	11 de maio de 1857	
11 de maio de 1857	7 de set. de 1857	
7 de set. de 1857	10 de nov. de 1857	Reassume
10 de nov. de 1857	27 de out. de 1858	
27 de out. de 1858	4 de nov. de 1858	
4 de nov. de 1858	30 de maio de 1859	Reassume
30 de maio de 1859	24 de nov. de 1860	
24 de nov. de 1860	7 de jan. de 1863	
7 de jan. de 1863	7 de fev. de 1865	
7 de fev. de 1863	7 de abril de 1864	
7 de abril de 1864	8 de maio de 1865	
8 de maio de 1865	20 de maio de 1865	
20 de maio de 1865	24 de agosto de 1865	
24 de ago. de 1865	23 de junho de 1866	
23 de jun. de 1866	7 de nov. de 1866	
7 de nov. de 1866	30 de abril de 1867	Reassume
30 de abril de 1867	9 de set. de 1867	
9 de set. de 1867	25 de set. de 1867	
25 de set. de 1867	25 de nov. de 1867	
25 de nov. de 1867	8 de fev. de 1868	
8 de fev. de 1868	24 de agosto de 1868	
24 de ago. de 1868	24 de nov. de 1868	
24 de nov. de 1868	8 de abril de 1870	
8 de abril de 1870	8 de junho de 1870	
8 de jun. de 1870	8 de julho de 1872	
8 de jul. de 1872	16 de março de 1875	
16 de mar. de 1875	7 de julho de 1875	
7 de jul. de 1875	27 de maio de 1876	
27 de maio de 1876	3 de junho de 1876	
13 de jun. de 1876	26 de julho de 1876	

Nº	NOMES	CARGO
37	Dr. Domingos Jacy Monteiro	16º Presidência
38	Dr. Agesilau Pereira da Silva	17º Presidência
39	Major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães	2º Vice.
40	Capitão Guilherme José Moreira	2º Vice.
41	Coronel Barão de Maracaju	18º Presidência
42	Dr. Romualdo da Souza Paes de Andrade	1º Vice.
43	Tenente-coronel José Clarindo de Queiroz	19º Presidência
44	Dr. Satyro de Oliveira Dias	20º Presidência
45	Dr. Alarico José Furtado	21º Presidência
46	Dr. Romualdo de Souza Paes de Andrade	2º Vice.
47	Dr. José Lustoza da Cunha Paranaguá	22º Presidência
48	Tenente-coronel Guilherme José Moreira	1º Vice.
49	Dr. Theodureto Carlos de Faria Souto	23º Presidência
50	Capitão Joaquim José Paes da Silva Sarmento	2º Vice.
51	Dr. José Jansen Ferreira Júnior	24º Presidência
52	Tenente-coronel Clementino José Pereira Guimarães	1º Vice.
53	Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves	25º Presidência
54	Tenente-coronel Clementino José Pereira Guimarães	1º Vice.
55	Coronel Conrado Jacob de Niemeyer	26º Presidência
56	Coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno	27º Presidência
57	Tenente-coronel Antonio Lopes Braga	2º Vice.
58	Cônego Raimundo Amâncio de Miranda	3º Vice.
59	Dr. Joaquim Cardoso de Andrade	28º Presidência
60	Cônego Raimundo Amâncio de Miranda	2º Vice
61	Dr. Joaquim de Oliveira Machado	29º Presidência
62	Dr. Manuel Francisco Machado	30º Presidência

**DATA EM QUE COMEÇARAM****ATÉ QUANDO ADMINISTRARAM****OBSERVAÇÕES**

26 de jul. de 1876  
26 de maio de 1877  
14 de fev. de 1878  
26 de fev. de 1878  
7 de março de 1878  
26 de ago. de 1879  
15 de nov. de 1879  
26 de jun. de 1880  
16 de maio de 1881  
7 de março de 1882  
17 de março de 1882  
16 de fev. de 1884  
11 de março de 1884  
12 de jul. de 1884  
11 de out. de 1884  
21 de set. de 1885  
28 de out. de 1885  
10 de jan. de 1887  
23 de março de 1887  
10 de jan. de 1888  
12 de jun. de 1888  
2 de julho de 1888  
12 de julho de 1888  
11 de nov. de 1888  
12 de fev. de 1889  
1º de jul. de 1889

26 de maio de 1877  
14 de fev. de 1878  
26 de fev. de 1878  
7 de março de 1878  
26 de agosto de 1879  
15 de nov. de 1879  
26 de junho de 1880  
16 de maio de 1881  
7 de março de 1882  
17 de março de 1882  
16 de fev. de 1884  
11 de março de 1884  
12 de julho de 1884  
11 de outubro de 1884  
21 de set. de 1885  
28 de outubro de 1885  
10 de janeiro de 1887  
23 de março de 1887  
10 de janeiro de 1888  
12 de junho de 1888  
2 de julho de 1888  
12 de julho de 1888  
11 de nov. de 1888  
12 de fev. de 1889  
1º de julho de 1889  
21 de nov. de 1889



## VIII – Sob o Signo da República

- a) Até 1930, o Amazonas foi governado nos termos de regime constitucional, vigente no país, apenas interrompido três vezes: em fevereiro de 1892, quando foi deposto o governador Thaumaturgo de Azevedo; em 1910, quando foi deposto o governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt; e em 1924, quando ocorreu a deposição do governador Turiano Meira. Nesses dois últimos casos, registrou-se substituição violenta. No terceiro episódio, porém, a restauração do regime legal foi realizada pela intervenção federal, decretada pela União. Nos primeiros tempos do regime republicano, ocorreram, porém, agitações políticas que perturbaram a paz no Estado. O tenente Ximenes de Villeroy, premido pelos grupos políticos que se haviam organizado sob a denominação de Partido Democrático, chefiado pelos irmãos Moreira, demitiu-se, sucedido pelo tenente Eduardo Gonçalves Ribeiro. Este, por sua vez, foi forçado, apesar da opinião popular, a deixar o governo, que lhe foi restituído mais tarde (1892), sendo eleito governador constitucional. Nessa fase, teve de reagir a uma tentativa de deposição pelas forças federais. Nos governos Jonathas Pedrosa e Alcântara Bacellar, registraram-se comoções políticas da mais alta violência.

b) A colheita da borracha, há cerca de cem anos, vem constituindo o fundamento econômico do processo de evolução da Amazônia, em particular do Estado do Amazonas. A história dessa atividade é uma história longa, de que já nos ocupamos em dois livros – *O Processo Histórico da Economia Amazonense e O Seringal e o Seringueiro*.

Vamos transcrever, de um deles, alguns trechos que importam numa notícia histórica.

1 – O processo das técnicas resultante da revolução industrial e com elas o progresso do invento de utilidades, criou, no século XIX, condições especiais ao bem-estar humano. Todo um novo “status” se foi, assim, constituindo e assegurando, às sociedades da Europa e dos Estados Unidos, com os créditos de superioridade de que se julgaram monopolizadoras, aquela força imperial que as levou a competições, a novos empreendimentos para a ampliação dos espaços coloniais, a inversões vultosas na indústria pesada, ao imperialismo político e econômico, em última análise à fortificação do sistema capitalista.

Dos impérios coloniais ou dos países de economia reflexa, veio, para movimentar os parques industriais da Europa e dos Estados Unidos, um sem-número de produtos primários considerados verdadeiramente essenciais. A borracha silvestre, utilizada em dezenas de novos inventos, que aumentavam a todo momento, constituía

matéria-prima de importância crescente. Seu emprego era obrigatório para centenas de objetos, de uso diário, de uso doméstico, de uso industrial, de uso comercial, de uso nos hospitais, nos laboratórios, nos institutos de pesquisa, nos centros de fabricação de material de guerra, nos estaleiros de construção naval, nas usinas de onde saíam os mil artefatos que asseguravam segurança, tranqüilidade, maior soma de comodidade, condições existenciais mais dignas e mais estáveis.

Um desses inventos revolucionários foi o automóvel. A princípio, vagaroso, barulhento e de segurança discutível, aos poucos aperfeiçoado, o que permitiu vencer aqueles elementos negativos, precisou da borracha para o revestimento das rodas. O revestimento era feito com borracha maciça. Experimentado o pneumático pelo ciclista francês Michelin, numa prova automobilística entre Paris e Ruão, provou-se a superioridade do artefato. A industrialização da borracha na nova utilidade tomou vulto rapidamente, abrindo perspectivas, as mais animadoras para o mercado produtor das gomas silvestres.

A procura intensiva que os mercados consumidores da Europa e da América passaram a fazer da borracha silvestre, ante a utilização cada vez maior por que ela se apresentava aos industriais, animando as solicitações pela alta dos preços que pagavam, deu alento fora do comum à atividade coletora. Onde existia árvore produtora de látex, registrou-se a aventura. Nas Américas

e na África. Ora, de todas as áreas onde se operava a exploração da floresta com aquele objetivo, a Amazônia era a que oferecia mais seguras e amplas possibilidades pela quantidade de seringueiros que parecia fabulosa, pela riqueza que as árvores apresentavam em látex. A busca às seringueiras pareceu, em consequência, sem-fim e negócio de possibilidades ilimitadas. Impôs-se, no entanto, a ampliação das áreas de exploração dos seringais e o aparelhamento das operações por uma técnica comercial que movimentou capitais e energias. Verificou-se, então, nervosa e incessante mobilização de braços na procura das espécies gomíferas em todas as direções na região. Descoberta no Solimões, onde os índios Cambebas trabalhavam com elas, foi inicialmente explorada como negócio rendoso no baixo Amazonas, região das ilhas, servindo-se dos vales do Xingu, do Tapajós e por fim do Madeira, de onde os extratores passaram ao Purus e ao Juruá.

2 – Entre 1858 e 1862, só o Amazonas exportou 997 toneladas de borracha; de 1863 a 1868, 3.365 toneladas; de 1876/1877 a 1880/81, 12.280 toneladas. Entre 1887 e 1896, menos de dez anos, portanto, 48.454 toneladas. O Purus era, no momento, o rio que mais contribuía para as estatísticas: em 1900, produziu 5.520 toneladas; em 1901, 6.016; em 1902, 6.750. O Juruá vinha a seguir: 2.361 em 1900; 2.925 em 1901; 3.642 em 1903. Depois

o Madeira: 2.495 em 1900; 2.694 em 1901 e 2.844 em 1902. O rio Negro era o que menos contribuía: 512 em 1900, 521 em 1901 e 313 em 1902.

3 – A borracha, trazida dos seringais, era desembarcada em Belém ou em Manaus, onde pagava os direitos de exportação que os Estados do Amazonas e Pará cobravam. Procedia-se, então, à pesagem e à classificação, sob a fiscalização dos interessados, no caso as firmas comerciais que haviam recebido a borracha e as que adquiriam para os centros consumidores dos Estados Unidos e Inglaterra. A classificação procedia-se em duas operações. Na primeira, a péla de goma era cortada ao meio para se lhe tirar toda e qualquer impureza que porventura contivesse. É que, antes disso, os compradores americanos e ingleses se haviam visto vítimas de espertezas: dentro das pélas, para aumentar-lhes a densidade e o peso, os seringueiros punham-lhes objetos estranhos, inclusive pedras e paus. Depois do corte, então, passava-se à segunda fase de classificação: “fina”, “entrefina” e “ser-nambi”. A primeira, também conhecida por “parafina”, era de primeira qualidade; a segunda apresentava impurezas decorrentes do preparo mal-acabado; a terceira constituía-se do produto feito com resto de látex que caía ao solo e vinha, assim, de mistura com terra e outras impurezas. Havia ainda uma borracha menos resistente, de valia apoucada, a “fraca”, produzida de árvores de látex pobre, aguado. Era produzida nos Autazes, no

Solimões e no rio Negro, nas ilhas. Encerradas as duas operações, passava-se ao encaixotamento para embarque nos armazéns das firmas que se ligavam ao negócio.

4 – A produção de borracha depois de 1890 foi a seguinte:

1891	.....	17.790	1902	.....	29.890
1892	.....	18.609	1093	.....	32.590
1893	.....	19.430	1904	.....	33.090
1894	.....	19.470	1905	.....	34.680
1895	.....	20.975	1906	.....	37.540
1896	.....	22.320	1907	.....	36.650
1897	.....	22.260	1908	.....	38.511
1898	.....	25.355	1909	.....	39.494
1899	.....	28.695	1910	.....	38.177
1900	.....	27.650	1911	.....	44.296
1901	.....	29.971	.....	.....	.....

Entre 1895 e 1909, a Amazônia contribuíra para o consumo universal com 443.200 toneladas. A África, a América Central e Málaca, com 374.510 toneladas. Havia, destarte, uma diferença de 68.690 toneladas em nosso favor.

A variação dos preços, levando a corrida à floresta para êxitos memoráveis, de quando em vez provocava crises. Em 1825, o quilo de borracha cotara-se a 220 réis; em 1893/4, a 5\$240; em 1894/5, a 5\$720; em 1897/98, a 10\$298. A ascensão era flagrante e atingiu os 17\$800 em 1910.

O ponto mais alto da produção, esse a Amazônia o alcançou, em 1911, com 44.296 toneladas. O esplendor do ciclo da borracha alcançava a sua fase máxima.

5 – A produção de borracha extraída das espécies silvestres, em face dos progressos da ciência agrônômica, que vencia, com uma técnica cada dia mais avançada, os meios mais hostis, e em face do consumo que crescia sem limitações, evidentemente não podia ser uma continuidade, no tempo, como no espaço. A necessidade e a conveniência de realizar uma política de plantação intensiva, que cobrisse os *déficits* da produção silvestre, quando eles começassem a verificar-se como a possibilidade de proceder a essas plantações em outras áreas que não fossem somente aquelas que servissem de “hábitat” às héveas, americanas ou não, cedo despertaram a atenção dos que meditavam com serenidade e objetividade sobre os problemas que a atividade estava criando. Na própria Amazônia, vozes autorizadas, vozes clarividentes, de homens esclarecidos, como Tenreiro Aranha, Pimenta Bueno e Silva Coutinho, que tinham pela frente o realismo da vida e não se deixavam perturbar ante o esplendor que o negócio, no seu aspecto imediatista, estava proporcionando, cedo se elevaram para indicar o caminho certo: cultura das héveas e operações de extração do látex com técnica menos primária. Vozes eloqüentes, que resultavam da consciência equilibrada que haviam for-

mado seus autores diante da matéria, não foram ouvidas.

Ora, se na Amazônia o problema era compreendido por um número tão reduzido, fora dela já não sucedia o mesmo. E nos centros de consumo, representados principalmente pela Inglaterra e pela França, o assunto principiou a ser cogitado. Viviam os dois países, a esse tempo, uma fase intensa de desenvolvimento do imperialismo político e começavam a passar para a do imperialismo econômico. Dispunham de espaços coloniais, onde se poderia tentar a aclimação da espécie, e de equipes de especialistas cheios de entusiasmo na criação de maiores possibilidades para a ascensão econômica de suas pátrias. Tinham em mãos, portanto, meios e modos de trabalhar. Foram os ingleses, no entanto, os que lograram êxito imediato. E isso mesmo porque foram eles que se lançaram, com mais rapidez, mais intensidade, à operação, pioneirando a empresa de colheita de sementes e de experimentação da cultura.

6 – O aventureiro Henri Alexandre Wickman, no Tapajós, conseguiu sementes que foram expedidas para a Inglaterra. No Jardim Botânico de Kew, sob a direção do professor Joseph Hooker, muitas das sementes germinaram, sendo remetidas para o Ceilão (1876), e daí passaram a outros lugares do Oriente, sob atenta fiscalização técnica. Os resultados foram satisfatórios. E

em conseqüência, começou a derrocada da produção extrativa.

7- Em 1881, as árvores do Jardim Botânico de Singapura deram as suas primeiras sementes, que em parte foram empregadas para atender à plantação no jardim de experiências daquela capital, em parte foram distribuídas pela península ou mandadas para Bornéu. Em 1883, as árvores de Heneratgoda também frutificaram, e sementes e plantas foram distribuídas por toda a ilha de Ceilão. Muitas dessas árvores morreram, porque quase todas foram plantadas em terrenos pantanosos. As experiências de corte que em 1884 foram empreendidas em Heneratgoda, pelo Dr. Trimen e em 1888 em Singapura, pelo Dr. Ridley, também não foram muito animadoras, tanto que o preço da borracha continuava baixo. Em Ceilão, esta época coincidiu com a calamidade da destruição dos cafezais (de *Coffea arábica*) pela *Hemileia vastatrix*, o que se vê na diminuição rápida da exportação, que de 927.000 cwt, em 1877, desceu a 312.000 cwt, em 1884. Mas a atenção daquele tempo era dirigida sobre a plantação de chá, cuja área, de 9.274 acres em 1880, aumentou rapidamente, atingindo 150.000 acres em 1886 e 384.000 acres em 1900. Ao mesmo tempo experimentava muito a cultura da maniçoba do Ceará, que era considerada como mais apropriada ao clima de Ceilão que a hévea. Na Península Malaia, o

fracasso das plantações de *Coffea arábica* em Ceilão provocou um movimento em favor das plantações de *Coffea libérica*. De 1895 em diante, porém, as coisas mudaram de aspecto. Os preços da borracha começaram o seu movimento ascendente e novas experiências de corte em Heneratgoda (1896-1898) mostraram a rentabilidade da cultura de hévea.

8 – Em 1900, compareciam ao mercado internacional 4 toneladas de borracha de plantação. Em 1905, a tonelagem subia para 145; em 1906, para 500; em 1910 para 8.500. Em 1914, eram já 71.400. Os seringais silvestres iam entrar em crise. E aquele vasto organismo comercial que se estruturara no negócio da goma silvestre, vitalizando a Amazônia brasileira, no entrelcho do negócio no campo internacional, não poderia enfrentá-lo e resistir. O produto que oferecia ao mercado era a preço mais alto. Não havia indústria organizada no país para consumir, sob preço compensador, fixado pelo Estado ou acordado com o produtor da matéria-prima, o gênero silvestre. Vivíamos, a essa altura, os grandes dias de um liberalismo econômico que nos parecia benfazejo, pelas facilidades cambiais, pelos mercados certos, pelo comércio internacional favorável, mas que, na realidade, nos mantinham na condição de meros fornecedores de matéria-prima, sem nos conceder oportunidades ou possibilidades para a etapa industrial. As providências iniciais decretadas pelo governo federal

e pelos governos estaduais não foram suficientes para garantir a produção. Porque, na verdade, se limitavam a assegurar vida ao negócio no seu aspecto mercantil, e não a modificar a situação na sua estrutura, inclusive pela criação de condições novas ao trabalho.

9 – Ante a situação calamitosa que a Amazônia principiou a experimentar, com graves repercussões financeiras e econômicas por todo o país, o governo federal decidiu intervir. Pelos decretos n.º 2.543-A, de 5 de janeiro, e n.º 9.521, de 17 de abril, ambos de 1912, programou, pela primeira vez, a valorização da região. Os planos decretados cobriram, em grande estilo, todos os aspectos do problema e vinham dos serviços de saneamento à produção industrial no próprio “hábitat” das seringueiras.

Os propósitos oficiais não entraram em execução. Porque, logo no ano seguinte, o Congresso Nacional negou verba para que pudesse ser uma realidade.

A derrocada foi violenta. Em 1911 atingíramos, recordemos, o ponto mais alto, isto é, 44.296 toneladas; já no ano seguinte descíamos para 38.173, até chegar, em 1923, a 17.991. A produção do Oriente ascendia, nesse mesmo ano, para 369.500. O preço aviltara-se ao extremo. Em 1911, baixara para \$300; em 1912, para 6\$700; em 1913, para 4\$050. Em 1921, alcançara apenas os 1\$350! O ciclo da goma silvestre entrara em colapso. Começou o êxodo dos

seringueiros. E, com ele, todo o vasto cortejo de desastres econômicos, financeiros e sociais. O seringal perdera o esplendor.

c) Uma das conseqüências do “rush” gomífero foi a transformação de Manaus, de núcleo urbano de pequena significação em metrópole não apenas política de Estado, mas demográfica, social e cultural. Sua fisionomia anterior sofreu uma alteração total, que a levou a rivalizar, de certo modo, com as demais cidades do sul. Sua importância cresceu sem limites. Para Manaus afluíram, em conseqüência, ótimos elementos da alta cultura do país, que encontraram nela as possibilidades financeiras que lhes faltavam noutras partes. O desenvolvimento intelectual teve um aceleramento ponderável. A vida em sociedade intensificou-se, tomando por modelo os grandes centros europeus. As obras públicas, visando à melhoria das condições da capital, acompanharam o mesmo ritmo de transformações que se operou em outros setores. Quando, por isso, em 1905, o presidente Afonso Pena teve ocasião de visitar Manaus, espantou-se com o que viu (pela primeira vez usou um automóvel). Exteriorizou a sua admiração nesta frase: “Manaus é uma revelação”.

d) A imigração nordestina pelos vales do Purus e do Acre, no “rush” da borracha, levou ao que é hoje o Ter-

ritório (Estado) do Acre, que foi em consequência, percorrido, explorado e ocupado por milhares de seringueiros que não encontraram, além de grupos indígenas, a presença de qualquer elemento não indígena. A região, todavia, vinha sendo objeto de entendimento entre o Brasil, a Bolívia e o Peru. Em 27 de março de 1867 fora firmado, com aquela república, um tratado de amizade, limites, navegação, comércio e extradição. Por esse Tratado, reconheceu o Brasil, como bolivianas, numa interpretação oficial, talvez demasiado liberal ou apressada, terras e águas do Purus-Acre. Não fora feita, porém, a demarcação necessária, o que deixava em aberto o assunto e autorizava a instalação dos nordestinos, que ignoravam a letra e a interpretação oficial do Tratado. Em 3 de janeiro de 1890, todavia, o Dr. José Paravinini, em pessoa, aparatosamente, autorizado pelo governo federal, instalou uma alfândega boliviana à margem esquerda do rio Acre, denominando o lugar Puerto Alonso, tomando posse do território para o seu país.

A população, toda brasileira, não recebeu com agrado o domínio boliviano. E quase ao fim de quatro meses, em 30 de abril, um grupo de patriotas, tendo à frente o cearense José Carvalho, com o auxílio das autoridades amazonenses de Antimary, inclusive o juiz de Direito e o prefeito do município, expulsou as autoridades bolivianas. Fez-se tudo com calma, sem um tiro.

Por sua vez, o governador Ramalho Júnior, além de outras providências, tentava junto ao presidente da República, Dr. Campos Salles, conseguir uma solução para o caso acreano: propunha que o Amazonas contraísse um empréstimo de um milhão de libras para indenizar a Bolívia, a fim de que ela desistisse de suas pretensões. E em *memorandum* de 25 de janeiro, solicitava nova demarcação, devendo cessar, desde logo, a posse boliviana e manter-se um “statu quo” até o traçado definitivo da linha divisória.

Em resposta, o chefe da Nação mandou dizer que “o estabelecimento da alfândega boliviana em Puerto Alonso tinha sido por efeito de ato do governo de seu antecessor e que esse ato dificilmente poderia ser revogado, ou não seria alterado, porque as linhas de demarcação até ao presente traçadas não tinham considerado aquele ponto compreendido no território brasileiro” (Relatório ao coronel Ramalho Júnior, original, reservado, apresentado pelo delegado amazonense, Dr. Regalado Batista).

Por outro lado, o ministro Olyntho de Magalhães, novo titular do Exterior, todo favorável à Bolívia, reconhecia-lhe inteira legalidade nos atos praticados no Acre. E em notas reservadas ao governante do Amazonas e ao do Pará, que a ele também se dirigira em memorial, afirmava a legitimidade da atitude da Bolívia. – “Quando o governo federal concordou no estabelecimento de uma alfândega à margem do Acre,

implicitamente reconheceu que é boliviano o território ao sul da ilha Cunha Gomes; e reconheceu bem. Como pois há de ele agora obrigar o governo da Bolívia a retirar a sua alfândega, a desistir da posse que tomou e a voltar ao estado anterior? Isso seria injusto e motivo bastante para uma declaração de guerra.

“Mais tarde ou mais cedo o governo boliviano havia de tomar posse de seu território. Agora o toma e está no seu direito. Não seria justo privá-lo no interesse desse Estado da renda que lhe pertence” (Ofício n.º 1, reservado, de 26 de junho de 1899).

O governador Ramalho, sabendo, por informação do espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Arias, que a Bolívia já negociava com capitalistas norte-americanos o arrendamento das terras sobre que pretendia domínio, acarretando a operação futuros perigos para a paz na América, tomou decisão de impedir, a todo custo, que ali se firmasse a soberania boliviana. Luiz Galvez, com dinheiro e armas do governo do Amazonas, seguiu para o Acre, onde recebeu o apoio dos homens de maior influência local, proclamando, a 14 de julho de 1890, a independência do Acre, constituído em Estado livre. Planejava-se com o gesto, provocar o reconhecimento do Acre como Território soberano que ao fim de algum tempo, se incorporaria ao Brasil, anexando-se ao Amazonas.

Mas a Bolívia protestou junto à União, acusando o governador Ramalho. Este negou a sua participação

no movimento. Tinha de negar em razão do cargo que ocupava e para não comprometer a nação.

Foi quando, em janeiro de 1900, outra comissão boliviana tentou apossar-se do Acre, sendo recebida à bala. O presidente Campos Salles e o ministro Dyonísio Cerqueira pediram, então, atendendo às solicitações da Bolívia, que se mostrava desaparelhada para dominar efetivamente o Acre, que o governador Ramalho pusesse termo à insurreição. (Radiogramas reservados, de 20 de janeiro e 13 de fevereiro de 1900). Seguiu para o Acre uma esquadrilha da marinha de guerra nacional conduzindo grande contingente da polícia estadual e um delegado do governo do Amazonas, o Dr. Lopo Neto, sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Ramos da Fonseca. Luiz Galvez não reagiu. Depois de ouvir o representante amazonense, reuniu os seus auxiliares, os ministros de Estado do governo que organizara, assentando depor as armas. Lançou manifesto ao povo acreano, expondo as razões da capitulação e entregou-se.

É preciso que se saiba que, se as forças que seguiram para o Acre naquele momento grave, eram em parte federais, as despesas correram, porém, por conta do Amazonas. O governador Ramalho, em sua última mensagem, de 19 de julho de 1900, esclareceu o assunto em linguagem forte, assinalando a displicência por que a União olhava os problemas da Amazônia. Mais: seus correligionários políticos, alarmados com a

atitude desassombrada que assumia, suplicavam-lhe calma, reflexão, para não dar ganho de causa aos seus inimigos partidários. O governador Ramalho não lhes dera ouvidos, prosseguindo na atitude desassombrada. Pela documentação conhecida, as nossas despesas para a pacificação do Acre ascendiam a Rs. 1.200:000\$000. Só a Galvez, para pagamento de despesas feitas com a revolução, o Amazonas entregou, por seu delegado, o Dr. Lopo Neto, Rs. 690:000\$000, conforme recibos do chefe revolucionário, em nosso poder.

A revolução acreana iniciada com tanto esforço, apesar de tais embaraços, não estava finda. Tão pouco o Amazonas se conformava em perder o Acre. A imprensa de Manaus, comentando os sucessos, clamou abertamente pela integração do Acre ao Brasil, no Amazonas. O governo federal, agarrado à interpretação acanhada do Tratado de 1867, não atendia, contudo, no clamor dos acreanos, satisfazendo a vizinha república em todas as suas reclamações. Protestos em livros e no Legislativo amazonense e federal escutavam-se a esse tempo. Protestos enérgicos, de que vinham participando Thaumaturgo de Azevedo, Serzedelo Correia, João Lúcio de Azevedo, Lopes Gonçalves, Lauro Sodré, Rui Barbosa, Lauro Müller, Bernardo de Mendonça, Paulo Freitas, Paulo de Frontin e outros. Mas em vão. O governo federal mantinha fidelidade às idéias que vinha sustentando em torno do assunto: o Acre era boliviano.

Em setembro de 1909, a Bolívia conseguiu voltar a ocupar o território cobiçado, inaugurando um regime de franca docilidade, a ver se assim podia vencer o espírito de rebelião do homem da Amazônia. Enganava-se redondamente. A revolução continuava latente, tanto que, no Acre, e em Manaus, quase ao mesmo tempo, preparou-se, mais uma vez, a expulsão dos bolivianos. O comércio dessa praça, reunido, financiou o movimento que nela se organizava. Romperam as hostilidades os acreanos, que, aos primeiros movimentos, lograram aprisionar don Lúcio Vellasco, vice-presidente da Bolívia, e o coronel Ismael Montes, ministro da Guerra.

- e) A expedição Floriano Peixoto, que partira de Manaus devidamente equipada com metralhadoras e canhão da polícia amazonense, não foi, porém, bem-sucedida. Resultou, daí e de outros incidentes, o fracasso integral do movimento. Em compensação, a opinião pública do país levantou-se indignada, em favor dos brasileiros que se batiam no Acre. O novo governador do Amazonas, Sr. Silvério Nery, em mensagem ao Legislativo estadual, a 15 de janeiro de 1901, rendeu homenagem àqueles bravos. A diplomacia boliviana retornou a reclamar contra as autoridades amazonenses, apontando-as como as responsáveis diretas pelo que se passava na zona conflagrada.

Mas, a essa altura, a nação teve conhecimento do famoso “Contrato Aramayo”, pelo qual a Bolívia arrendara o Acre ao “Bolivian Syndecate”, formado nos Estados Unidos sob a presidência de um filho do Sr. Theodoro Roosevelt, presidente daquela república. Cedia a Bolívia, ao Sindicato, o território ocupado, desbravado, civilizado pelo braço, pela energia brasileira, concedendo-lhe “direitos quase soberanos”, primeira tentativa de introdução, no nosso continente, do sistema africano e asiático das “Chartered Companies”, assinalaria, em 1903, o Barão do Rio Branco, na sua Exposição de Motivos ao governo federal. Os protestos rebentaram de todos os lados. No Acre, onde vinha sendo urdida nova revolução, encabeçada por um delegado do Amazonas, o Sr. Rodrigo de Carvalho, funcionário da Fazenda estadual na fronteira com o Acre boliviano, ajudado por Joaquim Victor da Silva, alma de todos os movimentos anteriores, e por outros exaltados patriotas, o efeito da notícia foi enorme. Já lá estava o caudilho gaúcho Plácido de Castro, convidado, em Manaus, para chefiar a revolução. Não havia tempo a perder.

A 6 de agosto de 1902, Plácido de Castro tomou a cidade de Xapuri, aprisionando as autoridades bolivianas, e proclamou, a 7, o Estado Independente do Acre.

Principiaram, logo depois, com todo o vigor e entusiasmo, as operações de guerra. Trabalhadores boli-

vianos, sob o comando do proprietário Miguel Roca (8 de setembro de 1902), foram batidos no encontro em Santa Cruz. Mas, em “Volta da Empresa” (18 de setembro), Plácido de Castro sofreu fragorosa derrota, que não o demoveu, como esperavam os bolivianos, de prosseguir com o mesmo entusiasmo cívico. Encontro posterior, em “Bom Destino”, com forças regulares do exército boliviano, levantou o moral dos acreanos. De todos os cantos da selva apresentavam-se seringueiros, cheios de vibração; grandes e pequenos proprietários, atendendo ao apelo redentor, também se ofereciam com homens armados e borracha para ser vendida e com o dinheiro apurado, adquiridas munições. Era a guerra franca contra o estrangeiro que eles não aceitavam como dominadores. Organizaram-se, com os seringueiros, batalhões regulares. De Manaus, veio auxílio, constante de armas e munições de boca. Mas a maior contribuição do Amazonas consistiu na franca permissão para que os revolucionários se abastecessem em Manaus.

Em “Volta da Empresa” estava acampada uma grande força boliviana comandada pelo coronel Rozendo Roja. Plácido de Castro sitiou-a, passando depois ao ataque. Os bolivianos (5 de outubro de 1902), tendo perdido muita gente, entregaram-se. Novos combates em Santa Rosa e Costa Rica, foram novas vitórias para os acreanos. Urgia, contudo, vencer o grande reduto que era Puerto Alonso, onde estacionavam as maiores tropas

do exército inimigo. A praça de guerra foi cercada. Os navios que a demandavam ficaram parados em Caquetá. Era o dia 15 de janeiro de 1903. Às oito e meia horas da manhã começou o ataque. A 23, os bolivianos parlamentaram, pedindo prazo para enterrar os mortos. Desejavam, com o parlamentar enviado, conhecer as posições dos patriotas. Descoberta a manha, continuou o combate. Tiroteio fortíssimo. Os bolivianos, à medida que perdiam homens, recuavam, até que, a 24, não lhes sendo possível resistir mais, renderam-se. Don Lino Romero, após a capitulação, entregou a espada a Plácido de Castro. Este, num gesto de alto cavalheirismo, recusou recebê-la, porque não fazia guerra contra a Bolívia mas para livrar seus irmãos do jugo estrangeiro.

A Bolívia, às notícias que chegavam sobre as derrotas de suas forças, exaltava-se. A situação internacional complicava-se. O general Manoel Pando, agora presidente da República, diante da situação gravíssima do seu país, pôs-se em marcha à frente de um corpo de 1.900 homens do exército para esmagar Plácido de Castro e os patriotas brasileiros. Atrás, vieram mais reforços. O Oriente boliviano movimentava-se, avidamente, às ordens dos grandes proprietários de seringais para a grande justa que se travava.

No Brasil inteiro, a excitação também aumentava. A imprensa bradava pedindo a intervenção do nosso governo. O povo em “meetings” exigia essa providência. O

assunto era ainda objeto de atenção especial do Congresso Nacional. Avizinhava-se a guerra com a Bolívia. Entrando a gerir, a esse tempo a pasta do Exterior, o Barão do Rio Branco atendeu com energia e civismo a situação difícil. Procurou um entendimento com o governo boliviano, mas a fim de garantir logo a vida dos brasileiros, contra os quais marchava o general Pando, fez seguir para Manaus uma divisão naval, sob o comando do contra-almirante Alexandrino de Alencar e, para o Acre, vários batalhões do Exército às ordens do general Olímpio da Silveira. Ao mesmo tempo, era concentrado, na fronteira com a Bolívia e Mato Grosso, outro grande efetivo do Exército, e no Madeira, no Amazonas, um contingente da polícia amazonense.

As negociações, conduzidas com habilidade pela nossa diplomacia, deram em resultado a assinatura de um “modus vivendi”, pelo qual o Brasil ocupava o Acre, militarmente, iniciando-se negociações para um novo tratado de limites entre as duas nações amigas. Plácido de Castro, ao receber do general Olímpio a comunicação do “modus-vivendi”, já tinha o general Pando quase prisioneiro em Porto Rico, território francamente boliviano, onde cercara e há quatro dias o atacava, com evidente sucesso, à frente de mil e duzentos patriotas.

Cessada a beligerância, ocupado o Acre, foi assinado, a 17 de novembro de 1903, graças a Rio Branco, o Tratado de Petrópolis, pelo qual era definitivamente

reconhecido como parte do Brasil o que é hoje o Acre (vales do Acre–Purus).

- f) O período que se compreende entre 1930 e os dias atuais é marcado por uma série de acontecimentos de ordem política que se iniciaram com a deposição do governador Dorval Porto, conseqüência do pronunciamento nacional de outubro, e a aclamação de uma Junta Governativa, composta de três membros – coronel Cordeiro Júnior, Drs. José Alves de Souza Brasil e Francisco Pereira da Silva.

É de registrar-se, nessa fase, o lançamento de campanha visando a criar uma consciência amazonense. Esse movimento teve o nome de glebarismo e foi liderado pelo interventor Álvaro Maia, que o lançou através de conferências, palestras e publicações várias.

No particular da ordem econômico-financeira, ocorreu a experiência da juta e da pimenta-do-reino, e o início do encerramento do ciclo gomífero. Manaus cresceu em população e em extensão urbana. Um pequeno parque industrial teve princípio.

Na ordem cultural, além do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, com a função de inventariar a região sobre os vários ângulos por que pode e deve ser examinada, criou-se a Universidade do Amazonas, com três Faculdades e duas Escolas incorporadas, de certo modo restaurando-se iniciativa de décadas ante-

riores, quando fora instituída uma outra universidade, fundação de Eulálio Chaves, e que prestou grandes serviços na preparação de gerações amazonenses.

Com o Movimento de 31 de março de 1964, iniciou-se uma era de trabalho e de restauração da dignidade administrativa, comprometida por governos cujos erros e crimes foram apurados em inquéritos rigorosos. 221 municípios, criados sem atendimento às melhores tradições brasileiras e em flagrante desrespeito às normas administrativas, foram extintos. As rendas públicas crescem. A estrada Manaus–Itacoatiara, a primeira que se inaugura no Estado, está em funcionamento. Os edifícios públicos que se desgastaram, estão recuperados. Uma Reforma Administrativa entra em execução, possibilitando novas diretrizes à ação governamental. O Plano Bienal de Desenvolvimento do Estado está em execução. Foram aumentados os vencimentos dos servidores ativos e inativos. Três novos ginásios em Manaus começaram a funcionar. A rede escolar foi aumentada. Uma companhia de telecomunicações e outra de habitação também principiaram a atuar nos seus campos próprios.

O concurso público de títulos e provas para ingresso no magistério passou a constituir constante na apuração de merecimentos. Seis séries de publicações, que abrem perspectivas novas à inteligência criadora dos amazonenses, refletem a renovação que se opera e não se deve mais ser interrompida.

## Bibliografia

ALBORNOZ, Miguel. *Orellana, el caballero de las Amazonas*. Quito, 1946.

ARTECHE, José de. *Lopo de Aguirre, el traidor*. S. Sebastian, 1951.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará*, Lisboa, 1930.

BAYLE, Constantino. *El Dorado fantasma*. Madri, 1943.

BAYO, Ciro. *Los Marañones*. Madri, 1913.

BENCHIMOL, Samuel. *O cearense na Amazônia*. Rio, 1946.

BITENCOURT, José de Souza. *A Colonização da Amazônia*, Rio, 1960.

BRAGA, Genesino. *Fastígio e sensibilidade do Amazonas de ontem*. Manaus, 1962.

BURMESTER, Luis German. *Lopo de Aguirre y la Jornada de los Marañones*. B. Aires, 1941.

CARNEIRO, Edson. *A conquista da Amazônia*. Rio, 1956.

CARVAJAL, Gaspar de. *Relación del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que descubrió por muy grande ventura el capitán Francisco de Orellana*. Madri, 1944.

CORTESÃO, Jaime. "O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos. In: *Anais do IV Congresso de História Nacional*. 3.º vol. Rio, 1950.

COSTA, Craveiro. *O fim da epopéia*. Maceió, 1926.

FABREGAT, F. Rodriguez. *Pasion y Cronica del Amazonas*. B. Aires, 1955.

GARCIA, Rodolfo. "História das explorações científicas". In: *Dicionário do I. H. Geográfico Brasileiro*. Rio, 1922.

JÓS, Emiliano. *La expedicion de Ursúa al El Dorado y la rebellion de Lopo de Aguirre*. Huesca, 1927.

\_\_\_\_\_. *Ciencia y osadia sobre Lopo de Aguirre, el peregrino*. Sevilha, 1950.

KIEMEN, Mathias C. *The indian policy of Portugal in the Amazon Region. 1614/93*. Washington, 1954.

LASTRES, Juan B. e SEGUIN, C. Alberto. *Lopo de Aguirre, el rebelde*. B. Aires, 1942.

LEITÃO, C. de Melo. *Descobrimientos do rio das Amazonas*. São Paulo, 1941.

LIMA, Araújo. *Amazônia. Terra e homem*. Rio, 1933.

LOPEZ, Castro Fulgencio. *Lopo de Aguirre, el peregrino, apellidado el tirano, primer caudillo libertario de América. Historia de sua vida hazañosa y cruel de su muerte traidora*. Caracas, 1947.

MEDEIROS, Fernando Saboia de. *A liberdade de navegação do Amazonas*. S. Paulo, 1939.

MENEZES, Aprígio Martins de. "História da Província do Amazonas". In: *Almanaque do Amazonas*. Manaus, 1889.

MILLOR, George. *Orellana descubre el Amazonas*. Santiago, 1959.

MIRANDA, Bertino de. *A cidade de Manaus. Seus motins políticos*. Manaus, 1908.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Capitania de São José do Rio Negro*. Manaus, 1955.

\_\_\_\_\_. *Fundação de Manaus*. Manaus, 1952.

MOREIRA, Eidorf. *Conceito de Amazônia*. Instituto de Pesquisas da Amazônia. Manaus, 1957.

MUNILLA, Ladislao Gil. *Descubrimiento del Marañon*. Sevilha, 1954.

NABUCO, Joaquim. *O direito do Brasil*. S. Paulo, 1941.

OSSA, H. Pérez de La. *Orellana y la jornada del Amazonas*. Madri, 1935.

PAIXÃO, Moacir. *A formação econômica do Amazonas*. P. Alegre, 1940.

PRATT, Frei André. *Notas históricas sobre as Missões Carmelitas no extremo norte do Brasil*. Recife, 1941.

RAYOL, Domingos Antônio. *Motins políticos do Pará*. 5 vol. Rio – Pará, 1865/90.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*, 1.º, 2.º e 3.º vols. Rio, 1947/8 e 59.

\_\_\_\_\_. *A Imprensa no Amazonas*. Manaus, 1908.

\_\_\_\_\_. “Roteiro histórico das fortificações no Amazonas”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 6. Rio, 1942.

\_\_\_\_\_. *A Amazônia e a cobiça internacional*. S. Paulo, 1960.

\_\_\_\_\_. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Rio, 1957.

\_\_\_\_\_. *A autonomia do Amazonas*. Manaus, 1965.

\_\_\_\_\_. *A conquista espiritual da Amazônia*. S. Paulo, 1943.

\_\_\_\_\_. *A política de Portugal no vale amazônico*. Belém, 1940.

\_\_\_\_\_. *Estadistas portugueses na Amazônia*. Rio, 1948.

\_\_\_\_\_. *História do Amazonas*. Manaus, 1931.

\_\_\_\_\_. *Lobo d'Almada, um estadista colonial*. Manaus, 1940.

\_\_\_\_\_. *Manaus e outras vilas*. Manaus, 1931.

\_\_\_\_\_. *O processo histórico da economia amazonense*. Rio, 1943.

\_\_\_\_\_. *O seringal e o seringueiro*. Rio, 1953.

\_\_\_\_\_. *Paulistas na Amazônia e outros ensaios*. Rio, 1941.

\_\_\_\_\_. *Síntese da História do Pará*. Belém, 1942.

ROZA, Henrique Santa. *História do rio Amazonas*. Belém, 1926.

SOUZA, João B. de Faria e. *Contingente do Amazonas à Guerra do Paraguai*. Manaus: 1920.“

\_\_\_\_\_. *A Instituição no Amazonas*. Manaus, 1927.

\_\_\_\_\_. *Ao Amazonas coube a glória dos primeiros movimentos abolicionistas*. Diário Oficial – Manaus. 1922, n.º 8.325.

TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*.

\_\_\_\_\_. *Amazônia. Natureza, tempo e homem*. Rio, 1963.

VERÍSSIMO, José. *As populações indígenas e mestiças da Amazônia*. Lisboa, 1886.

VIANA, Arthur. “Os exploradores de Amazônia”. In: *Revista do Instituto Histórico do Pará*, tomo I.

VINUESA, Leopoldo Benites. *Argonautas en la selva*. Mexico, 1945.

coleção  poranduba

*Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento Regional*

Agnello Uchôa Bittencourt

*Em Memória de Stradelli*

Câmara Cascudo

*Flora Médica Brasiliense*

Dr. Alfredo da Matta

*Os Intérpretes da Amazônia*

Péricles Moraes

*A Contribuição do Índio à Economia da Amazônia*

Eurico Fernandes

*Introdução à Sociologia da Amazônia*

André Vidal de Araújo

*Amazônia – Cultura e Sociedade*

Djalma Batista

*Textos sobre a Amazônia*

Euclides da Cunha

*Súmula de História do Amazonas para Professores*

Arthur Cezar Ferreira Reis

*A Crise Amazônica e a Borracha*

J. A. Mendes

*Apontamentos sobre a Revolução Acreana*

Plácido de Castro

*Os Índios Maués*

Nunes Pereira



Este livro foi impresso na cidade de Erechim/RS, em outubro de 2001, pela Gráfica Edelbra. A família tipográfica utilizada na composição do texto foi caxton Lt Bt no corpo 11/16. O projeto gráfico - miolo (editoração/fotolitos) e capa - foi feito pela Valer Editora. Os fotolitos da capa foram produzidos em Manaus pelo Bureau.com.



Imbuída dessa inclinação, a presente obra de Arthur Reis, publicada inicialmente em 1965, resultado de um curso ministrado a professores do ensino primário e médio, apresenta os aspectos principais do processo iniciado com a ocupação colonial da região e culmina na criação da Província do Amazonas.

*Súmula de História do Amazonas* é uma obra expressiva do compromisso do eminente Arthur Cezar Ferreira Reis com a formação das novas gerações, evidenciado através do empenho para a elaboração deste mesmo livro, que na verdade é um guia de leitura indispensável para os interessados em conhecer o nosso passado histórico, cuja finalidade se voltou desde logo para auxiliar os professores que trabalhavam com a história do Amazonas sem, contudo, adotar qualquer postura dogmática ou definitiva, conduta que a lucidez do autor assim exprime: "Aliás, em história, o definitivo é sempre uma dúvida."



Pontes Filho



## AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: [ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM](mailto:ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM)



Secretaria de  
**Estado de Cultura**



CENTRO CULTURAL DOS  
POVOS DA AMAZÔNIA